

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	9
DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	10
Demonstração de Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	18
DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	19
Demonstração de Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	22
Notas Explicativas	29
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	81
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	84

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	85
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	87
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	88

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	652.742.192
Preferenciais	0
Total	652.742.192
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	25/10/2012	Juros sobre Capital Próprio	14/05/2013	Ordinária		0,42314
Reunião do Conselho de Administração	07/02/2013	Dividendo	27/03/2013	Ordinária		0,88309

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	8.889.053	9.039.567
1.01	Ativo Circulante	1.078.180	1.292.313
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	342.667	736.317
1.01.03	Contas a Receber	560.200	450.027
1.01.03.01	Clientes	523.174	413.001
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	37.026	37.026
1.01.03.02.01	Dividendos a receber de controladas	37.026	37.026
1.01.04	Estoques	49.516	42.317
1.01.06	Tributos a Recuperar	343	305
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	343	305
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições sociais a recuperar	343	305
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	125.454	63.347
1.01.08.03	Outros	125.454	63.347
1.01.08.03.01	Depósitos vinculados	12.170	0
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	113.284	63.347
1.02	Ativo Não Circulante	7.810.873	7.747.254
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	220.623	230.054
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	220.623	230.054
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições sociais a recuperar	15.313	13.814
1.02.01.09.04	Valores a receber pela alienação de ativo	86.886	86.886
1.02.01.09.05	Depósitos judiciais	111.185	108.616
1.02.01.09.06	Outros ativos não circulantes	7.239	20.738
1.02.02	Investimentos	2.826.715	2.763.992
1.02.02.01	Participações Societárias	2.826.715	2.763.992
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.498.318	2.434.189
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	328.397	329.803
1.02.03	Imobilizado	4.753.626	4.742.243
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.628.766	4.696.907
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	124.860	45.336
1.02.04	Intangível	9.909	10.965
1.02.04.01	Intangíveis	9.909	10.965

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	8.889.053	9.039.567
2.01	Passivo Circulante	1.228.341	1.280.442
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	68.094	61.400
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	68.094	61.400
2.01.01.02.01	Provisão para remuneração e encargos	68.094	61.400
2.01.02	Fornecedores	98.476	127.546
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	98.476	127.546
2.01.03	Obrigações Fiscais	179.156	362.975
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	173.987	357.959
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	147.394	409.824
2.01.03.01.02	PIS e Cofins a pagar	28.197	18.648
2.01.03.01.03	Outros	4.841	5.028
2.01.03.01.04	(-) Tributos federais a compensar	-6.445	-75.541
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	4.462	4.393
2.01.03.02.01	ICMS a pagar	6.295	6.110
2.01.03.02.02	(-) ICMS a compensar	-1.833	-1.717
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	707	623
2.01.03.03.01	ISS a pagar	707	623
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	488.857	333.048
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	310.015	163.006
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	292.691	148.705
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	17.324	14.301
2.01.04.02	Debêntures	178.842	170.042
2.01.05	Outras Obrigações	338.319	334.666
2.01.05.02	Outros	338.319	334.666
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	250.271	247.292
2.01.05.02.04	Concessões a pagar	3.159	3.129
2.01.05.02.05	Outros passivos circulantes	84.889	84.245
2.01.06	Provisões	55.439	60.807
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	28.289	28.439
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	468	468
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.350	3.500
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	24.471	24.471
2.01.06.02	Outras Provisões	27.150	32.368
2.01.06.02.04	Obrigações com benefícios de aposentadoria	27.150	32.368
2.02	Passivo Não Circulante	2.312.841	2.259.537
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	643.094	646.520
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	480.814	487.972
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	287.318	286.667
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	193.496	201.305
2.02.01.02	Debêntures	162.280	158.548
2.02.02	Outras Obrigações	1.117.952	1.074.742
2.02.02.02	Outros	1.117.952	1.074.742
2.02.02.02.03	Concessões a pagar	995.890	964.758
2.02.02.02.04	Outras obrigações	122.062	109.984

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.02.03	Tributos Diferidos	191.683	183.673
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	191.683	183.673
2.02.04	Provisões	360.112	354.602
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	140.651	139.004
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	20.648	20.494
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	6.814	6.294
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	113.189	112.216
2.02.04.02	Outras Provisões	219.461	215.598
2.02.04.02.04	Provisões com benefícios de aposentadoria	219.461	215.598
2.03	Patrimônio Líquido	5.347.871	5.499.588
2.03.01	Capital Social Realizado	2.445.766	2.445.766
2.03.02	Reservas de Capital	91.695	91.695
2.03.02.07	Reservas de capital	91.695	91.695
2.03.04	Reservas de Lucros	1.759.682	2.331.017
2.03.04.01	Reserva Legal	489.153	489.153
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.220.337	1.220.337
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	50.192	45.098
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	576.429
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	433.356	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	568.918	582.656
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	48.454	48.454

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	943.376	833.690
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-303.684	-327.422
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-18.008	-54.303
3.02.02	Transações no âmbito da CCEE	-15.774	-17.701
3.02.03	Encargos de uso de rede elétrica e conexão	-58.864	-69.290
3.02.04	Custo de produção de energia elétrica	-204.827	-180.060
3.02.05	Custo dos serviços prestados	-6.211	-6.068
3.03	Resultado Bruto	639.692	506.268
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	13.516	3.540
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.747	-3.285
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-39.124	-36.500
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	156	600
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.982	-3.909
3.04.05.01	Constituição de provisões operacionais	-1.689	-3.801
3.04.05.02	Outras despesas operacionais	-293	-108
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	56.213	46.634
3.04.06.01	Equivalência patrimonial	57.256	47.395
3.04.06.02	Amortização de ágio (direito de concessão)	-1.043	-761
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	653.208	509.808
3.06	Resultado Financeiro	-45.794	-41.774
3.06.01	Receitas Financeiras	17.828	14.542
3.06.02	Despesas Financeiras	-63.622	-56.316
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	607.414	468.034
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-182.702	-140.915
3.08.01	Corrente	-174.692	-150.241
3.08.02	Diferido	-8.010	9.326
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	424.712	327.119
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	424.712	327.119
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,65066	0,50115
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,65066	0,50115

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	424.712	327.119
4.03	Resultado Abrangente do Período	424.712	327.119

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2013 à 31/03/2013	Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	138.948	141.688
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	703.270	569.481
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos	607.414	468.034
6.01.01.02	Resultado de participações societárias	-56.213	-46.634
6.01.01.03	Depreciação e amortização	91.039	92.722
6.01.01.04	Variação monetária e cambial	13.319	4.727
6.01.01.05	Juros	45.198	45.665
6.01.01.06	Constituição de provisões operacionais	2.220	4.859
6.01.01.07	Outros	293	108
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-564.322	-427.793
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-109.339	11.586
6.01.02.02	Reembolso de aquisição de combustível	-58.305	1.300
6.01.02.03	Impostos e contribuições sociais a recuperar	-1.883	1.012
6.01.02.04	Estoques	-7.199	-6.706
6.01.02.05	Depósitos vinculados e judiciais	-12.470	81
6.01.02.06	Outros ativos	21.527	1.088
6.01.02.07	Fornecedores	-36.909	-36.770
6.01.02.08	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-364.506	-378.979
6.01.02.09	Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-7.085	-10.880
6.01.02.10	Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	4.627	2.171
6.01.02.11	Obrigações com benefícios de aposentadoria	-5.775	-8.771
6.01.02.12	Outros passivos	12.995	-2.925
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-100.114	-35.260
6.02.01	Aumento em investimentos	-6.510	-53.722
6.02.02	Aplicação no imobilizado	-93.148	-22.608
6.02.03	Aplicação no intangível	-456	-559
6.02.04	Dividendos recebidos de controladas	0	41.629
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-432.484	-221.747
6.03.01	Empréstimos e financiamentos obtidos	141.825	0
6.03.02	Empréstimos e financiamentos pagos	-141	-4.852
6.03.03	Parcelas de concessões pagas	-718	-671
6.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-573.450	-216.224
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-393.650	-115.319
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	736.317	567.119
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	342.667	451.800

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	2.445.766	91.695	2.331.017	0	631.110	5.499.588
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	2.331.017	0	631.110	5.499.588
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-576.429	0	0	-576.429
5.04.08	Dividendos de 2012 pagos	0	0	-576.429	0	0	-576.429
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	424.712	0	424.712
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	424.712	0	424.712
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.094	8.644	-13.738	0
5.06.04	Reserva de incentivos fiscais	0	0	5.094	-5.094	0	0
5.06.05	Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado, líquida de impostos	0	0	0	13.738	-13.738	0
5.07	SalDOS Finais	2.445.766	91.695	1.759.682	433.356	617.372	5.347.871

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	2.445.766	91.695	2.262.157	0	754.108	5.553.726
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	2.262.157	0	754.108	5.553.726
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-517.342	0	0	-517.342
5.04.08	Dividendos de 2011 pagos	0	0	-517.342	0	0	-517.342
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	327.119	0	327.119
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	327.119	0	327.119
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.260	10.944	-14.204	0
5.06.04	Reserva de incentivos fiscais	0	0	3.260	-3.260	0	0
5.06.05	Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado, líquida de impostos	0	0	0	14.204	-14.204	0
5.07	SalDOS Finais	2.445.766	91.695	1.748.075	338.063	739.904	5.363.503

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	1.041.821	921.364
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.041.958	920.872
7.01.02	Outras Receitas	-137	492
7.01.02.01	Outras receitas operacionais	156	600
7.01.02.02	Outras (despesas) operacionais	-293	-108
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-165.074	-195.368
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-60.326	-76.784
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-37.726	-37.436
7.02.04	Outros	-67.022	-81.148
7.02.04.01	Constituição de provisões operacionais	-1.689	-3.801
7.02.04.02	Encargos de uso de rede elétrica e conexão	-58.864	-69.290
7.02.04.03	Outros	-6.469	-8.057
7.03	Valor Adicionado Bruto	876.747	725.996
7.04	Retenções	-91.039	-92.722
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-91.039	-92.722
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	785.708	633.274
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	74.041	61.176
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	56.213	46.634
7.06.02	Receitas Financeiras	17.828	14.542
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	859.749	694.450
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	859.749	694.450
7.08.01	Pessoal	55.665	47.940
7.08.01.01	Remuneração Direta	36.717	31.336
7.08.01.02	Benefícios	10.537	9.256
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.345	2.170
7.08.01.04	Outros	6.066	5.178
7.08.01.04.01	Participação nos resultados	6.066	5.178
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	282.221	230.082
7.08.02.01	Federais	275.741	224.352
7.08.02.02	Estaduais	5.855	5.141
7.08.02.03	Municipais	625	589
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	33.995	37.995
7.08.03.01	Juros	27.799	29.408
7.08.03.02	Aluguéis	2.513	2.824
7.08.03.03	Outras	3.683	5.763
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	424.712	327.119
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	424.712	327.119
7.08.05	Outros	63.156	51.314
7.08.05.01	Encargos setoriais	31.276	30.946
7.08.05.02	Encargos sobre concessão a pagar	31.880	20.368

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	12.127.365	12.265.121
1.01	Ativo Circulante	1.867.584	1.985.305
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	815.302	1.179.976
1.01.03	Contas a Receber	783.173	622.916
1.01.03.01	Clientes	783.173	622.916
1.01.04	Estoques	54.120	45.374
1.01.06	Tributos a Recuperar	65.895	64.749
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	65.895	64.749
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições sociais a recuperar	65.895	64.749
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	149.094	72.290
1.01.08.03	Outros	149.094	72.290
1.01.08.03.01	Depósitos vinculados	19.756	1.309
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	129.338	70.981
1.02	Ativo Não Circulante	10.259.781	10.279.816
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	469.163	487.231
1.02.01.06	Tributos Diferidos	16.779	16.992
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.779	16.992
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	452.384	470.239
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições sociais a recuperar	121.925	128.185
1.02.01.09.04	Valores a receber pela alienação de ativo	86.886	86.886
1.02.01.09.05	Depósitos vinculados	104.510	103.310
1.02.01.09.06	Depósitos judiciais	113.026	110.411
1.02.01.09.07	Outros ativos não circulantes	26.037	41.447
1.02.03	Imobilizado	9.684.959	9.683.085
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8.869.792	8.984.088
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	815.167	698.997
1.02.04	Intangível	105.659	109.500
1.02.04.01	Intangíveis	105.659	109.500

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	12.127.365	12.265.121
2.01	Passivo Circulante	1.695.587	1.690.673
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	68.532	61.785
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	68.532	61.785
2.01.01.02.01	Remunerações e encargos a pagar	68.532	61.785
2.01.02	Fornecedores	274.937	219.328
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	274.937	219.328
2.01.03	Obrigações Fiscais	215.349	416.076
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	186.221	388.959
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	159.186	436.981
2.01.03.01.02	PIS e Cofins a pagar	29.602	22.661
2.01.03.01.03	Outros	5.531	5.748
2.01.03.01.04	(-) Tributos federais a pagar	-8.098	-76.431
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	27.941	25.733
2.01.03.02.01	ICMS a pagar	29.810	27.457
2.01.03.02.02	(-) ICMS a pagar	-1.869	-1.724
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.187	1.384
2.01.03.03.01	ISS a pagar	1.187	1.384
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	673.079	527.085
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	494.237	357.043
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	476.913	342.742
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	17.324	14.301
2.01.04.02	Debêntures	178.842	170.042
2.01.05	Outras Obrigações	407.520	404.861
2.01.05.02	Outros	407.520	404.861
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	250.570	247.591
2.01.05.02.04	Concessões a pagar	49.736	48.800
2.01.05.02.05	Outras obrigações	107.214	108.470
2.01.06	Provisões	56.170	61.538
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	29.020	29.170
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	468	468
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.350	3.500
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	25.202	25.202
2.01.06.02	Outras Provisões	27.150	32.368
2.01.06.02.04	Obrigações com benefícios de aposentadoria	27.150	32.368
2.02	Passivo Não Circulante	5.081.079	5.072.197
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.956.483	3.007.460
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.794.203	2.848.912
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.600.707	2.647.607
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	193.496	201.305
2.02.01.02	Debêntures	162.280	158.548
2.02.02	Outras Obrigações	1.552.110	1.504.159
2.02.02.02	Outros	1.552.110	1.504.159
2.02.02.02.03	Concessões a pagar	1.418.588	1.380.126
2.02.02.02.04	Outras obrigações	133.522	124.033

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.02.03	Tributos Diferidos	206.852	199.430
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	206.852	199.430
2.02.04	Provisões	365.634	361.148
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	146.173	145.550
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	22.412	22.260
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	7.115	7.733
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	116.646	115.557
2.02.04.02	Outras Provisões	219.461	215.598
2.02.04.02.04	Obrigações com benefícios de aposentadoria	219.461	215.598
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	5.350.699	5.502.251
2.03.01	Capital Social Realizado	2.445.766	2.445.766
2.03.02	Reservas de Capital	91.695	91.695
2.03.02.07	Reservas de capital	91.695	91.695
2.03.04	Reservas de Lucros	1.759.682	2.331.017
2.03.04.01	Reserva Legal	489.153	489.153
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.220.337	1.220.337
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	50.192	45.098
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	576.429
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	433.356	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	568.918	582.656
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	48.454	48.454
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.828	2.663

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2013 à 31/03/2013	Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.390.881	1.153.467
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-614.481	-528.979
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-216.500	-172.436
3.02.02	Transações no âmbito da CCEE	-40.594	-18.100
3.02.03	Encargos de uso da rede elétrica e conexão	-75.030	-84.473
3.02.04	Custo de produção de energia elétrica	-276.146	-247.902
3.02.05	Custo dos serviços prestados	-6.211	-6.068
3.03	Resultado Bruto	776.400	624.488
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-47.019	-46.202
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.443	-3.903
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-40.871	-38.330
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	156	601
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.861	-4.570
3.04.05.01	Constituição de provisões operacionais	-3.566	-4.450
3.04.05.02	Outras despesas operacionais	-295	-120
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	729.381	578.286
3.06	Resultado Financeiro	-98.492	-87.203
3.06.01	Receitas Financeiras	24.515	23.303
3.06.02	Despesas Financeiras	-123.007	-110.506
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	630.889	491.083
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-206.012	-163.821
3.08.01	Corrente	-198.377	-168.615
3.08.02	Diferido	-7.635	4.794
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	424.877	327.262
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	424.877	327.262
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	424.712	327.119
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	165	143
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,65091	0,50136
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,65091	0,50136

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	424.877	327.262
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	424.877	327.262
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	424.712	327.119
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	165	143

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	282.923	232.336
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	887.282	730.563
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos	630.889	491.083
6.01.01.02	Depreciação e amortização	141.161	134.088
6.01.01.03	Variação monetária e cambial	22.284	10.166
6.01.01.04	Juros	90.404	89.765
6.01.01.05	Constituição de provisões operacionais	2.249	5.352
6.01.01.06	Outros	295	109
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-604.359	-498.227
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-155.205	-52.979
6.01.02.02	Reembolso de aquisição de combustível	-58.305	1.300
6.01.02.03	Impostos e contribuições sociais a recuperar	12.764	11.726
6.01.02.04	Estoques	-8.746	-6.444
6.01.02.05	Depósitos vinculados e judiciais	-18.696	5.417
6.01.02.06	Outros ativos	20.591	2.670
6.01.02.07	Fornecedores	47.432	24.271
6.01.02.08	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-400.986	-393.627
6.01.02.09	Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-48.700	-56.612
6.01.02.10	Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	5.842	2.759
6.01.02.11	Obrigações com benefícios de aposentadoria	-5.775	-8.771
6.01.02.12	Outros passivos	5.425	-27.937
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-141.573	-91.842
6.02.01	Aplicação em investimentos	-849	0
6.02.02	Adiantamento para aquisição de investimento	-5.660	0
6.02.03	Aplicação no imobilizado	-133.632	-91.000
6.02.04	Aplicação no intangível	-1.432	-842
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-506.024	-277.225
6.03.01	Financiamento obtidos	141.825	0
6.03.02	Empréstimos e financiamentos pagos	-62.245	-49.219
6.03.03	Parcelas de concessões pagas	-12.607	-11.901
6.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-573.450	-216.224
6.03.05	Depósitos vinculados ao serviço da dívida	453	119
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-364.674	-136.731
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.179.976	781.808
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	815.302	645.077

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	2.331.017	0	631.110	5.499.588	2.663	5.502.251
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	2.331.017	0	631.110	5.499.588	2.663	5.502.251
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-576.429	0	0	-576.429	0	-576.429
5.04.08	Dividendos de 2012 pagos	0	0	-576.429	0	0	-576.429	0	-576.429
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	424.712	0	424.712	165	424.877
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	424.712	0	424.712	165	424.877
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.094	8.644	-13.738	0	0	0
5.06.04	Reserva de incentivos fiscais	0	0	5.094	-5.094	0	0	0	0
5.06.05	Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado, líquida de impostos	0	0	0	13.738	-13.738	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	1.759.682	433.356	617.372	5.347.871	2.828	5.350.699

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	2.262.157	0	754.108	5.553.726	2.277	5.556.003
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	2.262.157	0	754.108	5.553.726	2.277	5.556.003
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-517.342	0	0	-517.342	0	-517.342
5.04.08	Dividendos de 2011 pagos	0	0	-517.342	0	0	-517.342	0	-517.342
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	327.119	0	327.119	143	327.262
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	327.119	0	327.119	143	327.262
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.260	10.944	-14.204	0	0	0
5.06.04	Reserva de incentivos fiscais	0	0	3.260	-3.260	0	0	0	0
5.06.05	Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado, líquida de impostos	0	0	0	14.204	-14.204	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	1.748.075	338.063	739.904	5.363.503	2.420	5.365.923

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2013 à 31/03/2013	Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	1.587.459	1.380.304
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.553.189	1.290.486
7.01.02	Outras Receitas	-139	481
7.01.02.01	Outras receitas operacionais	156	601
7.01.02.02	Outras (despesas) operacionais	-295	-120
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	36.257	89.609
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.848	-272
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-446.818	-424.475
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-288.340	-198.202
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-46.142	-46.237
7.02.04	Outros	-112.336	-180.036
7.02.04.01	Constituição de provisões operacionais	-1.718	-4.178
7.02.04.02	Encargos de uso da rede elétrica e conexão	-75.030	-84.473
7.02.04.03	Gastos com a construção de usinas	-28.262	-74.939
7.02.04.04	Outros	-7.326	-16.446
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.140.641	955.829
7.04	Retenções	-141.161	-134.088
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-141.161	-134.088
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	999.480	821.741
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	24.515	23.303
7.06.02	Receitas Financeiras	24.515	23.303
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.023.995	845.044
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.023.995	845.044
7.08.01	Pessoal	56.603	49.191
7.08.01.01	Remuneração Direta	37.494	32.329
7.08.01.02	Benefícios	10.651	9.357
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.392	2.327
7.08.01.04	Outros	6.066	5.178
7.08.01.04.01	Participação nos resultados	6.066	5.178
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	368.343	302.685
7.08.02.01	Federais	345.617	282.594
7.08.02.02	Estaduais	22.067	19.468
7.08.02.03	Municipais	659	623
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	82.078	90.810
7.08.03.01	Juros	66.453	66.127
7.08.03.02	Aluguéis	3.182	3.484
7.08.03.03	Outras	12.443	21.199
7.08.03.03.01	Juros capitalizados	7.995	14.670
7.08.03.03.02	Outras despesas financeiras	4.448	6.529
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	424.712	327.119
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	424.712	327.119
7.08.05	Outros	92.259	75.239
7.08.05.01	Encargos setoriais	40.318	39.171
7.08.05.02	Encargos sobre concessão a pagar	51.776	35.925

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.08.05.03	Acionista não controlador	165	143

Comentário do Desempenho

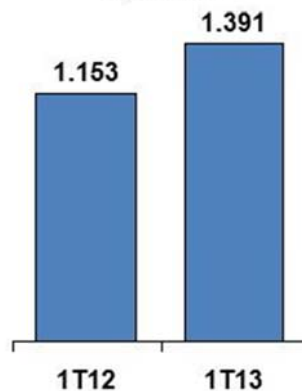
Tractebel Energia
GDF SUEZ

Comentário de desempenho - Consolidado

Receita Líquida de Vendas

No 1T13, a receita líquida de vendas apresentou um crescimento de 20,6%, ou R\$ 237,4 milhões, quando comparada àquela auferida no mesmo período do ano anterior, passando de R\$ 1.153,5 milhões para R\$ 1.390,9 milhões. Os principais fatores que contribuíram para essa variação foram os seguintes: (i) R\$ 104,4 milhões - incremento da receita decorrente das transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); (ii) R\$ 65,9 milhões - elevação do preço médio líquido de venda; (iii) R\$ 57,1 milhões - crescimento do volume de venda de energia; e (iv) R\$ 10,0 milhões - aumento das vendas de crédito de carbono e de cinzas.

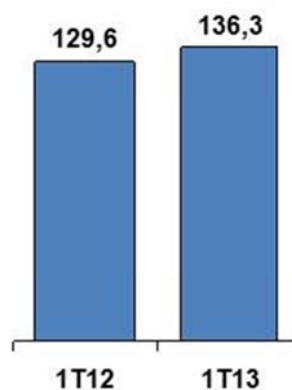
Receita Líquida de Vendas
R\$ milhões



- Preço médio líquido de venda**

O preço médio líquido de venda de energia foi de R\$ 136,33/MWh no 1T13, 5,2% acima do apurado no mesmo trimestre de 2012, cujo valor foi de R\$ 129,62/MWh. A elevação do preço ocorreu, essencialmente, em razão da atualização monetária dos contratos existentes, bem como dos maiores preços praticados em novos contratos, mais precisamente para consumidores livres.

Preço Líquido Médio de Venda*
R\$/MWh



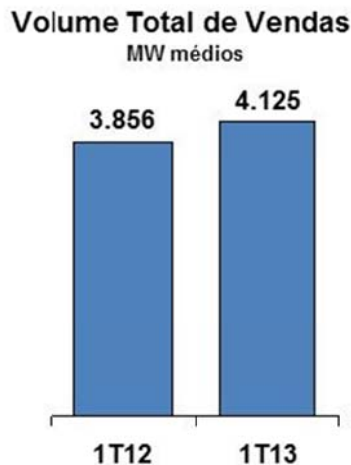
* líquido de exportações e impostos sobre a venda

Comentário do Desempenho



- **Volume de vendas**

A quantidade de energia vendida no 1º trimestre de 2013 foi de 8.909 GWh, crescimento de 5,8%, ou 4.125 MW médios, crescimento de 7,0%, em comparação ao 1T12. Variações não coincidentes foram observadas em razão de 2012 ser ano bissexto.



O acréscimo no volume de vendas decorreu da combinação dos seguintes fatos: (i) redução de 122 GWh (31 MW médios) no suprimento de energia para distribuidoras; (ii) decréscimo de 117 GWh (51 MW médios) nas vendas para comercializadoras; e (iii) aumento de 727 GWh (351 MW médios) nas vendas para consumidores livres.

A Companhia, ao longo de 2012, em atendimento à solicitação de determinados consumidores livres, transferiu alguns de seus contratos para empresas comercializadoras de seu grupo econômico. Ademais, a Companhia firmou novos contratos com comercializadoras que também repassam a energia adquirida exclusivamente para unidades industriais do mesmo grupo. Essas ações têm sido motivadas pela iniciativa de clientes de aprimorar a gestão de suas compras e alocações de energia no conjunto de suas unidades industriais.

Em consequência da alteração acima mencionada e visando permitir uma melhor comparabilidade dos números apresentados, a Companhia reclassificou, no 1T12, o montante de R\$ 45,4 milhões, equivalentes a 351 GWh (161 MW médios), da rubrica “suprimento de energia elétrica” para a conta “fornecimento de energia elétrica”.

Comentário do Desempenho



Comentários sobre as variações da receita líquida de vendas, por natureza de conta

a) Suprimento de energia elétrica

A receita de venda a distribuidoras e comercializadoras alcançou R\$ 767,4 milhões no 1T13, ligeiramente inferior aos R\$ 769,2 milhões auferidos no 1T12. As seguintes variações contribuíram para esse efeito: (i) R\$ 25,9 milhões - elevação de 3,8% no preço médio líquido de venda para distribuidoras; (ii) R\$ 2,9 milhões - ampliação do preço da energia vendida para as comercializadoras em 4,1%; (iii) R\$ 17,5 milhões - redução de 122 GWh (31 MW médios), ou 2,5%, no volume de vendas para distribuidoras; e (iv) R\$ 13,1 milhões - decréscimo de 117 GWh (51 MW médios), ou 16,9%, na quantidade de energia vendida para comercializadoras.

b) Fornecimento de energia elétrica

A receita de venda a consumidores livres aumentou 38,8% entre os trimestres em análise, passando de R\$ 322,3 milhões no 1T12 para R\$ 447,2 milhões no mesmo período de 2013. Os seguintes eventos contribuíram para essa variação: (i) R\$ 87,7 milhões - crescimento de 727 GWh (351 MW médios), ou 25,9%, na quantidade de energia vendida; e (ii) R\$ 37,2 milhões - elevação de 10,2% no preço médio líquido de venda da energia.

c) Transações no âmbito da CCEE

No 1T13, a receita auferida na CCEE foi de R\$ 162,7 milhões, enquanto que no mesmo trimestre de 2012 foi de R\$ 58,3 milhões, representando um incremento de R\$ 104,4 milhões. Maiores explicações sobre essas operações e variações podem ser encontradas a seguir no item “Detalhamento das operações na CCEE”.

Custos da Venda de Energia e Serviços

Os custos da venda de energia e serviços foram ampliados em 16,2%, ou R\$ 85,5 milhões, nos trimestres comparados, passando de R\$ 529,0 milhões no 1T12 para R\$ 614,5 milhões no trimestre em análise. Essa variação decorreu, essencialmente, do comportamento dos principais componentes a seguir:

- a) **Energia elétrica comprada para revenda:** incremento de R\$ 44,1 milhões no 1T13 em comparação com o mesmo trimestre de 2012, apesar da redução de 47 GWh (14 MW médios) na quantidade de energia comprada entre os trimestres comparados. Esse fato ocorreu devido, essencialmente, ao fato de no presente trimestre a Companhia ter realizado compras com preços atrelados ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), de modo a reduzir a sua exposição termelétrica no mês de março.
- b) **Transações no âmbito da CCEE:** entre os trimestres em análise, os custos com essas transações foram superiores em R\$ 22,5 milhões. Maiores detalhes estão descritos a seguir em item específico.

Comentário do Desempenho



- c) **Combustíveis para produção de energia elétrica:** acréscimo de R\$ 22,3 milhões na confrontação do 1T13 com o mesmo trimestre de 2012 em função, substancialmente, do maior consumo de gás natural e do consumo de óleo diesel originado, respectivamente, pelos despachos das usinas termelétricas William Arjona e Alegrete.
- d) **Encargos de uso de rede elétrica e conexão:** queda de R\$ 9,4 milhões entre os trimestres em análise refletindo, principalmente, os efeitos da redução tarifária promovida pelo Governo Federal.
- e) **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (royalties):** aumento de R\$ 1,8 milhão entre os trimestres comparados em razão, basicamente, do início da operação e aumento de geração das unidades da UHE Estreito.
- f) **Pessoal:** aumento de R\$ 5,0 milhões no 1T13 em relação ao primeiro trimestre de 2012, proveniente, basicamente, do reajuste anual da remuneração e dos benefícios dos empregados e de provisões adicionais constituídas relativas ao Programa de Demissão Voluntária (PDV) da Companhia.
- g) **Materiais e serviços de terceiros:** esses custos atingiram R\$ 36,0 milhões no 1T13, valor ligeiramente superior aos R\$ 35,1 milhões apurados no mesmo período no ano anterior. Tais custos referem-se, essencialmente, aos serviços relacionados à manutenção e conservação das unidades geradoras da Companhia.
- h) **Depreciação e amortização:** ampliação de R\$ 7,4 milhões entre os trimestres em análise, em razão, sobretudo, da entrada em operação das novas unidades geradoras da UHE Estreito.
- i) **Outros custos:** redução de R\$ 9,1 milhões entre os trimestres comparados, em função, principalmente, do ajuste extraordinário de tributos sobre compra de energia, realizado no primeiro trimestre de 2012.

Detalhamento das Operações na CCEE

Os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da CCEE são sintetizados em uma fatura única, a receber ou a pagar, exigindo, portanto, o seu registro na rubrica de receita ou de despesa. Cabe ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando nos últimos anos uma mudança no perfil das faturas mencionadas. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura nos dois anos, sendo esta a razão para a criação do presente tópico. Assim, ele nos permite realizar uma análise das oscilações dos principais elementos, a despeito de terem sido alocados ora na receita ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Comentário do Desempenho



Genericamente esses elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do chamado “risco de submercado”; (iii) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (iv) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (v), naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que, por sua vez, será liquidada ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

No 1T13, a Companhia obteve um resultado líquido positivo (diferença entre receitas e despesas - deduzidas dos impostos e contribuições incidentes sobre as mesmas) decorrente das transações realizadas no âmbito da CCEE, no valor de R\$ 122,1 milhões, R\$ 81,9 milhões superior ao também resultado positivo obtido no mesmo trimestre de 2012, que foi de R\$ 40,2 milhões.

Essa variação decorreu, essencialmente, da combinação dos seguintes fatores: (i) posição devedora na CCEE no 1T12 e credora no 1T13 em função dos efeitos da estratégia de alocação mensal de energia pela Companhia; (ii) efeito positivo no 1T13 decorrente da geração termelétrica demandada pelo ONS acima da sua garantia física, e negativo no mesmo trimestre de 2012 em decorrência da exposição termelétrica da Companhia; e (iii) efeito negativo no presente trimestre em razão da geração global das usinas hidrelétricas no Sistema Interligado Nacional ter sido inferior à energia alocada pelos agentes, consequência dos baixos níveis de reservatórios das usinas, e positivo no 1T12 em consequência do excedente de geração pelo sistema em relação à energia hidrelétrica alocada.

Cabe considerar que o expressivo aumento do PLD médio dos submercados Sul e Sudeste/Centro-Oeste, que passou de R\$ 66,26/MWh no 1T12 para R\$ 322,75/MWh no 1T13, contribuiu significativamente para os efeitos mencionados nos itens (i) a (iii) anteriormente comentados.

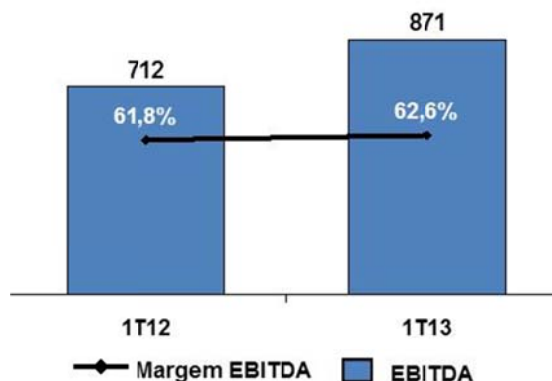
Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas passaram de R\$ 38,3 milhões no 1T12 para R\$ 40,9 milhões no presente trimestre, ou seja, um acréscimo de R\$ 2,6 milhões, ou 6,6%. Essa ampliação está relacionada, substancialmente, ao reajuste anual da remuneração e benefícios dos empregados e por provisões adicionais relativas ao Plano de Demissão Voluntária da Companhia.

EBITDA e Margem EBITDA

Traduzindo os efeitos retro mencionados, o EBITDA no 1T13 alcançou R\$ 870,5 milhões, 22,2% acima do apurado no mesmo trimestre de 2012, que foi de R\$ 712,4 milhões. A margem EBITDA atingiu 62,6% no 1T13, representado um aumento de 0,8 p.p. em relação ao mesmo período de 2012, em função, principalmente, do maior aumento da receita líquida em relação aos custos.

Comentário do Desempenho

EBITDA ⁽¹⁾ (R\$ milhões) e Margem EBITDA

(1) EBITDA representa: lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + despesas financeiras, líquidas + depreciação e amortização.

A fim de possibilitar a reconciliação do lucro líquido com o EBITDA, apresentamos a tabela abaixo:

(valores em R\$ mil)	1T13	1T12	Var. %
Lucro líquido	424.877	327.262	29,8
(+) Imposto de renda e contribuição social	206.012	163.821	25,8
(+) Despesas financeiras, líquidas	98.492	87.203	12,9
(+) Depreciação e Amortização	141.161	134.088	5,3
EBITDA	870.542	712.374	22,2

Resultado Financeiro

Receitas financeiras: no 1T13, essas receitas atingiram R\$ 24,5 milhões, montante ligeiramente superior aos R\$ 23,3 milhões auferidos no mesmo trimestre de 2012.

Despesas financeiras: essas despesas no 1T13 foram de R\$ 123,0 milhões, R\$ 12,5 milhões superiores às do mesmo período do ano anterior, que foram de R\$ 110,5 milhões. O aumento decorreu, essencialmente, do seguinte: (i) aumento de R\$ 15,8 milhões nos juros e variação monetária sobre as concessões a pagar; e (ii) ganho cambial R\$ 3,7 milhões superior ao apurado no 1T12.

Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

As despesas com IR e CSLL no 1T13 totalizaram R\$ 206,0 milhões, valor superior em R\$ 42,2 milhões ao do mesmo trimestre de 2012, que foi de R\$ 163,8 milhões. Essa evolução decorreu, substancialmente, do aumento do lucro antes dos tributos.

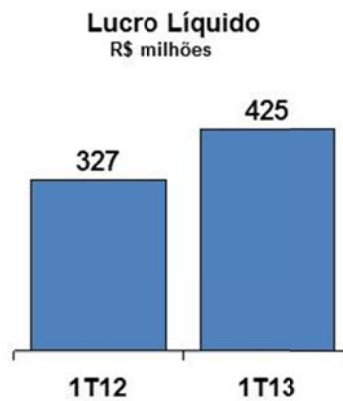
Comentário do Desempenho



Lucro Líquido

Refletindo os efeitos anteriormente comentados, o lucro líquido do 1T13 alcançou R\$ 424,9 milhões, valor R\$ 97,6 milhões, ou 29,8%, superior aos R\$ 327,3 milhões apresentados no mesmo trimestre do ano anterior. A combinação dos seguintes fatores contribuíram significativamente para o crescimento do lucro foram os seguintes: (i) aumento do preço médio líquido de venda e da quantidade de energia vendida; (ii) elevação do resultado positivo obtido nas transações realizadas no âmbito da CCEE; (iii) crescimento dos custos com a compra de energia para revenda e de combustíveis para a geração termelétrica; e (iv) incremento dos juros e da variação monetária sobre as concessões a pagar à Aneel.

O aumento percentual do lucro líquido foi superior ao do EBITDA em razão do crescimento da depreciação e da despesa financeira líquida terem sido proporcionalmente inferiores à elevação da receita líquida e dos principais custos da Companhia.



Notas Explicativas

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31.03.2013

(Em milhares de reais ou outras moedas, exceto quando indicado de forma diferente)

1. – CONTEXTO OPERACIONAL

A Tractebel Energia S.A. (“Companhia”, “Tractebel Energia” ou “TBLE”) é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima de capital aberto, com sede no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

As ações da Companhia, sob o código TBLE3, estão listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Ademais, a Tractebel Energia negocia *American Depositary Receipts* (ADR) Nível I no mercado de balcão norte-americano sob o código TBLEY, de acordo com a relação de um ADR para cada ação ordinária.

O controle acionário da Companhia é detido pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA), empresa constituída no Brasil, controlada pela International Power S.A. (atual denominação da SUEZ-Tractebel S.A.), cuja sede está na Bélgica. A International Power S.A., por sua vez, integra o grupo econômico GDF SUEZ, sediado na França.

A Tractebel Energia é a maior empresa privada de geração de energia elétrica do Brasil, responsável por aproximadamente 6,3%¹ da capacidade instalada do país. Em 31.03.2013, a sua capacidade instalada, incluindo as participações em consórcios de geração de energia e após o início da operação comercial das oito unidades geradoras da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE Estreito), é de 6.909,3² MW. Desse total, 80,5% são oriundas de fontes hidrelétricas, 17,1% de termelétricas e 2,4% de energias complementares - Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), fontes eólicas e geração à biomassa. A energia assegurada para fins de comercialização, em 31.03.2013, é de 3.811,9 MW médios.

O parque gerador em operação da Companhia é composto por nove usinas hidrelétricas, seis termelétricas³, três PCH, duas de fontes eólicas e duas com geração à biomassa.

Os principais eventos relacionados com a atividade da Companhia, ocorridos no primeiro trimestre de 2013, estão sumarizados a seguir:

¹ Informação com base em dados apurados na data-base de 31.12.2012.

² As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são revisadas pelos auditores independentes.

³ O Complexo Termelétrico Jorge Lacerda é composto por três usinas.

Notas Explicativas

a) Início da operação comercial da unidade 8 da Usina Hidrelétrica Estreito

O início da operação comercial da 8ª unidade geradora ocorreu em 21.03.2013, adicionando 7 MW médios à energia assegurada para comercialização da Companhia. Com essa nova unidade em operação, a UHE Estreito atingiu 100% do total de sua capacidade instalada e comercial.

b) Contratação de financiamento com o Nordic Investment Bank (NIB)

Em janeiro de 2013, a Companhia assinou um contrato de financiamento, junto ao NIB, no montante de R\$ 142.702, equivalente a US\$ 70.000 na data da liberação do recurso. As condições estabelecidas nesse contrato estão descritas na Nota 13 – Empréstimos e financiamentos.

c) Aquisição de novos projetos eólicos

c.1) Projeto Campo Largo

A Companhia assinou, em 24.01.2013, o contrato de compra da totalidade do capital social da CLWP Brasil Ltda. (CLWP) pelo valor de R\$ 22.638, que será integralmente pago após satisfeitas determinadas condições previstas no contrato. A CLWP é detentora de 7 projetos de geração eólica, com potência instalada conjunta e capacidade comercial de 206 MW e 105 MW médios, respectivamente. Maiores detalhes estão descritos na Nota 9 – Investimentos.

c.2) Projeto Flecheiras

Em 06.02.2013, a Companhia adquiriu o projeto eólico Flecheiras pelo valor de R\$ 850. A capacidade instalada e comercial prevista para o projeto é de 18,9 MW e 8,9 MW médios, respectivamente. Mais detalhes estão mencionados na Nota 9 – Investimentos.

d) Dividendos intercalares do 2º semestre de 2012 – Aprovação e pagamento

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 07.02.2013, aprovou a proposta de distribuição de dividendos intercalares, referente ao resultado apurado no segundo semestre de 2012, no montante de R\$ 576.429, ou R\$ 0,8830904134 por ação. O início do pagamento dos dividendos ocorreu em 27.03.2013.

e) Machadinho Energética S.A. (Maesa) - Incorporação do acervo líquido pelos acionistas

A Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou, em 20.02.2013, a incorporação da parcela do patrimônio cindido da Maesa correspondente a sua participação, no valor de R\$ 16.620.

Notas Explicativas

2. – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As informações trimestrais consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais estão em consonância.

As informações trimestrais individuais da Tractebel Energia, identificadas como “Controladora”, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade aplicáveis à Tractebel Energia somente no que se refere à avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial que, segundo as IFRS, devem ser mensurados e apresentados pelo seu custo de aquisição ou pelo seu valor justo.

As referidas informações trimestrais foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela avaliação a valor justo de certos instrumentos financeiros, quando requerido nas normas.

Na elaboração das informações trimestrais é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas.

Exceto quanto ao mencionado no parágrafo a seguir, as práticas contábeis e os métodos de cálculo adotados na elaboração das informações trimestrais, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis, são os mesmos praticados na preparação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2012.

O conteúdo e valores de determinadas notas explicativas apresentadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2012 e das informações trimestrais de 31.03.2012, que não necessitaram de atualizações significativas, não foram repetidos nas notas selecionadas para as informações trimestrais de 31.03.2013. Essas demonstrações contábeis, portanto, devem ser lidas em conjunto.

Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 01.01.2013

- CPC 33 (R1) e IAS 19 Revisada – Benefícios a empregados

As práticas contábeis relativas ao reconhecimento e mensuração dos Benefícios a empregados foram alteradas e sua adoção se tornou obrigatória a partir de 01.01.2013.

A nova norma eliminou a abordagem do método do “corredor”, que permitia o diferimento do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais no resultado. Desta forma, a Companhia, em 01.01.2013, ajustou esses valores no seu ativo e passivo, em contrapartida do patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”. A partir de 01.01.2013, os ganhos e perdas atuariais avaliados anualmente pelos atuários passarão a ser reconhecidos diretamente na rubrica “outros resultados abrangentes”, na Demonstração dos Resultados Abrangentes e no Patrimônio Líquido, conforme orientado pela revisão do CPC 33 e da IAS 19.

Notas Explicativas

Além disso, o cálculo da rentabilidade de ativos do plano passou a ser realizado com base na taxa de desconto utilizada para fins de avaliação do valor presente do passivo atuarial.

Para efeitos comparativos, conforme requerido pela norma, a Companhia aplicou essa nova regra retrospectivamente a 01.01.2012 e, em consequência, ajustou o balanço patrimonial de 31.12.2012 e o resultado do trimestre findo em 31.03.2012, conforme demonstrado nos quadros a seguir:

a) Efeito no balanço patrimonial de 01.01.2012

	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 01.01.2012	Ajuste	Saldo ajustado	Saldo em 01.01.2012	Ajuste	Saldo ajustado
Ativo não circulante	7.860.776	412	7.861.188	10.502.355	412	10.502.767
Realizável a longo prazo	245.630	412	246.042	520.655	412	521.067
Outros ativos não circulantes ⁴	38.586	412	38.998	51.433	412	51.845
Passivo não circulante	2.392.727	(105.333)	2.287.394	5.105.607	(105.333)	5.000.274
Obrigações com benefícios de aposentadoria	300.964	(159.808)	141.156	300.964	(159.808)	141.156
Imposto de renda e contribuição social diferido	165.482	54.475	219.957	166.539	54.475	221.014
Patrimônio líquido	5.447.981	105.745	5.553.726	5.450.258	105.745	5.556.003
Outros resultados abrangentes						
Ganhos atuariais, líquidos	-	105.745	105.745	-	105.745	105.745

b) Efeito no balanço patrimonial de 31.12.2012

	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 31.12.2012	Ajuste	Saldo ajustado	Saldo em 31.12.2012	Ajuste	Saldo ajustado
Ativo não circulante	7.746.549	705	7.747.254	10.279.111	705	10.279.816
Realizável a longo prazo	229.349	705	230.054	486.526	705	487.231
Outros ativos não circulantes ⁴	20.033	705	20.738	40.742	705	41.447
Passivo não circulante	2.298.243	(38.706)	2.259.537	5.110.903	(38.706)	5.072.197
Obrigações com benefícios de aposentadoria	274.607	(59.009)	215.598	274.607	(59.009)	215.598
Imposto de renda e contribuição social diferido	163.370	20.303	183.673	179.127	20.303	199.430
Patrimônio líquido	5.460.177	39.411	5.499.588	5.462.840	39.411	5.502.251
Outros resultados abrangentes						
Ganhos atuariais, líquidos	-	48.454	48.454	-	48.454	48.454
Reservas de lucros	2.340.060	(9.043)	2.331.017	2.340.060	(9.043)	2.331.017

⁴ Plano Previg BD (Superavitário)

Notas Explicativas


 Tractebel Energia
GDF SUEZ

c) Efeito no resultado do 1º trimestre de 2012

	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 31.03.2012	Ajuste	Saldo ajustado	Saldo em 31.03.2012	Ajuste	Saldo ajustado
Constituição de provisões operacionais, líquidas	(1.814)	(1.987)	(3.801)	(2.463)	(1.987)	(4.450)
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	511.795	(1.987)	509.808	580.273	(1.987)	578.286
Resultado Financeiro	(40.336)	(1.438)	(41.774)	(85.765)	(1.438)	(87.203)
Juros sobre o passivo atuarial líquido	(2.578)	(1.438)	(4.016)	(2.578)	(1.438)	(4.016)
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	471.459	(3.425)	468.034	494.508	(3.425)	491.083
Imposto de Renda e Contribuição Social	(142.080)	1.165	(140.915)	(164.986)	1.165	(163.821)
Lucro Líquido do trimestre	329.379	(2.260)	327.119	329.522	(2.260)	327.262

- CPC 19 (R2) e IFRS 11 – Negócios em conjunto

O pronunciamento estabelece que nas relações entre entidades caracterizadas como “Operações em conjunto” (*Joint Operation*), o operador em conjunto deve reconhecer os ativos, passivos, receitas e despesas relacionadas à sua participação na operação em conjunto. As características e essência econômica da participação da Companhia nos negócios e nas operações da investida Itá Energética S.A. (Itasa) caracterizam uma operação em conjunto.

Cabe mencionar que nas demonstrações contábeis individuais (controladora) somente as entidades com operação em conjunto organizadas sem personalidade jurídica própria devem reconhecer os ativos, passivos, receitas e despesas relacionadas à sua participação.

A adoção da referida norma não resultou em nenhuma alteração em relação ao método usado para a elaboração do balanço patrimonial e resultado da controladora e consolidado da Companhia relativos ao ano de 2012.

Sistema EmpresasNet (ENET)

Cabe mencionar que no quadro “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” do Sistema “EmpresasNet” da CVM, o ajuste de avaliação patrimonial, apesar de não corresponder a “Outros Resultados Abrangentes”, está apresentado na coluna com esta indicação, em virtude de não haver opção mais apropriada para a apresentação da referida transação no demonstrativo padrão da CVM.

Os saldos patrimoniais da controladora e do consolidado, apresentados no sistema ENET, correspondentes a 31.12.2012, já contemplam a aplicação retrospectiva, para fins comparativos, do CPC 33 (R1) e IAS 19. Da mesma forma, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, da controladora e do consolidado, do trimestre findo em 31.03.2012, também foram ajustadas para refletir retrospectivamente essa adoção.

Notas Explicativas

Segmento de negócios

A Companhia administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pelas atividades de geração e comercialização da energia elétrica gerada pelos seus ativos ou adquirida por meio de contratos de médio e longo prazo. Tal segmento concentrou, respectivamente, 99,0% e 99,7% das receitas líquidas de vendas consolidadas auferidas nos trimestres findos em 31.03.2013 e 31.03.2012.

Aprovação das informações trimestrais

As informações trimestrais ora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 29.04.2013.

Novas normas, alterações ou interpretação de IFRS emitidas pelo IASB

Os pronunciamentos contábeis e a interpretações técnicas, revisados ou emitidos em períodos anteriores, estão mencionadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2012 e não foram repetidas nessas informações trimestrais por não terem sofrido qualquer alteração.

Não há qualquer nova alteração de normas até o presente período.

3. – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012
Caixa e depósitos bancários à vista	3.458	3.207	7.643	13.832
Aplicações financeiras:				
- Citibank - Fundo de Investimento Exclusivo				
Operações compromissadas com títulos públicos federais ⁵				
Nota do Tesouro Nacional (NTN - B)	21.062	-	48.898	-
Nota do Tesouro Nacional (NTN - F)	120.425	-	279.592	-
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	193.522	728.976	449.298	1.126.254
	335.009	728.976	777.788	1.126.254
- Instituições Financeiras ⁶				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	4.200	4.134	11.389	12.744
Operações lastreadas em debêntures	-	-	18.482	27.146
	4.200	4.134	29.871	39.890
Total das aplicações financeiras	339.209	733.110	807.659	1.166.144
	342.667	736.317	815.302	1.179.976

A Companhia estruturou suas aplicações financeiras através da concentração dos recursos em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual pode ter suas cotas resgatadas a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos.

⁵ São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

⁶ Bancos: Safra, Itaú Unibanco, Itaú BBA, Banco do Brasil, Votorantim e Bradesco.

Notas Explicativas

4. – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012
Circulante				
Concessionárias	232.049	253.084	353.200	369.657
Comercializadoras	119.655	135.532	30.811	64.279
Consumidores livres	20.093	20.972	247.023	185.741
Transações no âmbito da CCEE ⁷				
- Correntes	157.420	9.456	158.591	9.691
- Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE)	2.665	2.665	2.665	2.665
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	122.574	122.574	122.574	122.574
	654.456	544.283	914.864	754.607
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(131.282)	(131.282)	(131.691)	(131.691)
	523.174	413.001	783.173	622.916

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de 25 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

b) Composição das contas a receber vencidas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012
Vencidas até 30 dias	67	9.252	1.797	9.401
Vencidas de 31 a 60 dias	-	-	915	-
Vencidas a mais de 91 dias:				
- Com provisão constituída	131.282	131.282	131.691	131.691
- Sem provisão constituída	765	1.143	779	1.160
	132.047	132.425	132.470	132.851
	132.114	141.677	135.182	142.252

A Companhia não constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa para os valores vencidos até 30 dias nem para parte dos montantes vencidos a mais de 90 dias em razão da expectativa de que irá receber tais valores.

c) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012
Comercializadora	6.043	6.043	6.452	6.452
RTE	2.665	2.665	2.665	2.665
Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	122.574	122.574	122.574	122.574
	131.282	131.282	131.691	131.691

⁷ Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Notas Explicativas

Tractebel Energia
 GDF SUEZ
d) Acordo com cliente em recuperação judicial

Em janeiro de 2013 se iniciou o pagamento das parcelas relativas ao acordo firmado com determinada distribuidora participante do Sistema Interligado Nacional (SIN), em recuperação judicial, o qual prevê o pagamento em 60 parcelas iguais e sem a incidência de juros sobre valores a receber pela Companhia e suas controladas.

5. – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012
Circulante				
PIS ⁸ e Cofins ⁹	-	-	54.179	54.799
Imposto de renda e contribuição social	-	-	11.183	9.451
ICMS ¹⁰	-	-	190	194
INSS ¹¹	343	305	343	305
	343	305	65.895	64.749
Não circulante				
PIS e Cofins	1.699	1.131	99.423	106.831
Imposto de renda e contribuição social	-	-	5.991	5.766
ICMS	13.614	12.683	16.505	15.581
INSS	-	-	6	7
	15.313	13.814	121.925	128.185

Os saldos de PIS e Cofins a compensar referem-se a créditos decorrentes das aquisições de máquinas e equipamentos e de gastos com a construção de edificações para a implantação de empreendimentos de geração de energia.

6. – DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012
Circulante				
Conta reserva - Transações na CCEE	12.170	-	19.756	1.309
Não circulante				
Conta reserva - serviços da dívida	-	-	104.510	103.310

O saldo da “Conta reserva para transações na CCEE” leva em consideração a maior ou a menor exposição, da Companhia e de suas controladas, em transações no âmbito da CCEE. Esta exposição é utilizada como base para a definição do montante da reserva financeira utilizada para garantir tais transações.

⁸ Programa de Integração Social

⁹ Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

¹⁰ Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços de Comunicação e Transporte

¹¹ Instituto Nacional do Seguro Social

Notas Explicativas

Já o saldo da “Conta reserva dos serviços da dívida” visa garantir os serviços da dívida com os bancos financiadores. Os recursos dessas contas estão aplicados em fundos de investimentos ou em CDB.

7. – OUTRAS CONTAS A RECEBER

Nesta rubrica estão registrados os valores a receber da Elétrica Jacuí S.A. (Eleja) relativos à venda do empreendimento termelétrico Jacuí. O saldo de R\$ 86.886, apresentado no balanço patrimonial, na controladora e no consolidado, em 31.03.2013 e 31.12.2012, corresponde ao valor presente das parcelas a receber em julho de 2009, mês em que a Companhia iniciou um processo de execução judicial do contrato, em razão da Eleja ter suspenso os pagamentos das parcelas mensais devidas. A Companhia, a partir dessa data, de forma prudente, decidiu deixar de reconhecer os juros e a variação monetária sobre as parcelas pendentes de recebimento.

A ação de execução movida contra a Eleja garantiu à Companhia o arresto dos bens do empreendimento Jacuí, concedidos em garantia do crédito. O arresto já foi convertido em penhora e os bens em garantia foram submetidos à avaliação por perito judicial para posterior alienação. O valor da avaliação dos bens penhorados, em novembro de 2011, foi de R\$ 116.492.

A existência de outros credores poderá acarretar na divisão dos ativos existentes da Eleja visando saldar os direitos destes credores. A Companhia acredita que eventuais direitos de outros credores não comprometerão a recuperação dos valores a receber registrados pela Companhia.

A Companhia ainda aguarda o deferimento, pelo Juiz, do pedido da transferência de propriedade dos bens penhorados e já avaliados para que possa definir quais serão alienados e quais permanecerão com a empresa.

Em julho de 2012, a Eleja ingressou com um pedido de anulação dos atos praticados até aquele momento. A Companhia tomou conhecimento deste pedido e, no mesmo mês, solicitou a impugnação de tal pedido.

O valor nominal, em 31.03.2013, das parcelas contratuais não quitadas, atualizado pelo índice contratual, o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), totaliza R\$ 127.609 (R\$ 126.576 em 31.12.2012). O montante total da dívida, incluindo multas e encargos contratuais, supera o valor da avaliação pericial, levando a Companhia, em março de 2012, a solicitar um reforço de penhora, o qual ainda aguarda decisão judicial.

A Companhia, de forma prudente, não pretende reconhecer o ajuste desse “Contas a receber” ao valor de mercado dos ativos, anteriormente mencionado, até que se tenha o desfecho do trâmite judicial da ação.

Notas Explicativas

8. – DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012
Fiscais	91.981	90.488	92.461	90.952
Cíveis	15.507	14.490	16.549	15.506
Trabalhistas	3.697	3.638	4.016	3.953
	111.185	108.616	113.026	110.411

Os valores depositados estão vinculados a processos que tramitam nas esferas judiciais e administrativas. Do montante registrado em 31.03.2013, R\$ 41.206 (R\$ 39.368 em 31.12.2012) estão diretamente relacionados às provisões de risco provável.

Em julho de 2012, a Companhia recebeu o deferimento do pedido de levantamento dos depósitos judiciais, relativos ao processo de PIS e Cofins sobre contratos de venda de energia com preço predeterminado, no âmbito da Instrução Normativa 658/06 da Receita Federal do Brasil. Entretanto, em agosto de 2012, a União Federal pleiteou a suspensão da ordem de expedição do alvará para possibilitar o exame da situação dos contratos vinculados à decisão judicial. O montante desses depósitos, em 31.03.2013, é de R\$ 46.322, na controladora e no consolidado (R\$ 45.571 em 31.12.2012).

9. – INVESTIMENTOS

b) Composição

	Controladora	
	31.03.2013	31.12.2012
Participações societárias permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		
Equivalência patrimonial	2.713.496	2.649.730
"Ágio" (Direito de concessão)	113.219	114.262
	2.826.715	2.763.992

c) Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

c.1) Movimentação dos investimentos

	Itasa	CEE	CESS	Lages	TBLC	TBLP	Outros	Total
Saldos em 31.12.2012	329.803	983.367	376.380	59.198	168.562	732.419	1	2.649.730
Aumento de capital	-	-	-	-	-	6.510	-	6.510
Equivalência patrimonial	(1.406)	(233)	(908)	7.970	43.081	8.752	-	57.256
Saldos em 31.03.2013	328.397	983.134	375.472	67.168	211.643	747.681	1	2.713.496

Notas Explicativas**Informações adicionais**

Base 31.03.2013:	Itasa	CEE	CESS	Lages	TBLC	TBLP
Ativo	722.098	2.691.733	1.340.656	78.805	454.833	1.251.859
Passivo	48.459	1.708.599	965.184	11.637	243.190	501.350
Patrimônio líquido	673.639	983.134	375.472	67.168	211.643	750.509
Receita líquida de vendas	28.714	83.170	53.082	16.510	527.003	28.655
Lucro líquido (prejuízo) do trimestre	(2.884)	(233)	(908)	7.970	43.081	8.917
Capital social	499.899	918.003	360.789	30.530	4.200	734.764
Participação no capital total e votante (%)	48,75	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99

Projetos de geração de energia eólica em implantação

A Companhia prossegue com a construção dos parques eólicos Trairí, no Estado do Ceará. As obras estão em estado avançado e a previsão de conclusão continua para o segundo semestre de 2013. A energia a ser gerada pelas eólicas tem sido vendida no Ambiente de Comercialização Livre (ACL), em contratos de médio e longo prazo, através da controlada TBLC.

Aquisição de novos projetos eólicos**- Projeto Campo Largo**

Em janeiro de 2013, a controlada TBLP assinou contrato para a aquisição da CLWP Brasil Ltda. A CLWP é detentora de 7 SPE, cada qual responsável pelo desenvolvimento de um projeto de geração eólica, nos municípios de Umburanas e Sento Sé, a 420 km de Salvador, com potência instalada conjunta de 206 MW e capacidade comercial de 105 MW médios.

O montante total da aquisição, de R\$ 22.638, corresponde, substancialmente, ao valor justo dos projetos básicos ambientais, da certificação de geração de energia, das medições de ventos, das licenças ambientais prévias e dos contratos de arrendamentos. A TBLP adiantou o montante de R\$ 5.660 e pagará o valor remanescente após satisfeitas determinadas condições previstas em contrato.

O registro do investimento será realizado quando do cumprimento de todas as condições precedentes e da transferência das ações, riscos e benefícios decorrentes da utilização do ativo.

Os controladores anteriores da CLWP também estão desenvolvendo outros projetos eólicos, de mais 150 MW de capacidade instalada, na mesma região, sobre os quais a Companhia tem uma opção de compra, no valor de R\$ 16.500, condicionada à obtenção de licenciamento ambiental, já em fase adiantada de aprovação.

- Projeto Flecheiras

Em fevereiro de 2013, a Companhia adquiriu o projeto eólico Flecheiras, localizado próximo aos parques eólicos do Projeto Trairí, no Ceará, pelo valor de R\$ 850, dos quais R\$ 765 já foram quitados. A capacidade instalada e comercial prevista para o projeto é de 18,9 MW e 8,9 MW médios, respectivamente.

O referido investimento foi registrado na TBLP no dia 06.02.2013, data em que ocorreu a transferência das quotas e riscos e benefícios envolvidos.

Notas Explicativas

c.2) "Ágio" (Direito de concessão) - Controladora

Movimentação

	CEE	CESS	Total
SalDOS em 31.12.2012	83.426	30.836	114.262
Amortização	(727)	(316)	(1.043)
SalDOS em 31.03.2013	82.699	30.520	113.219

Os valores relativos aos "Ágios" (Direito de concessão) pagos nas aquisições das controladas foram definidos com base no valor presente das projeções de fluxo de caixa obtidas através de avaliações econômico-financeiras e decorreram da aquisição da concessão outorgada pela Aneel para o uso do bem público na geração de energia elétrica.

O ativo está sendo amortizado no prazo do contrato de concessão em função da sua vida útil definida, visto que os benefícios econômicos decorrentes das aquisições desses investimentos ocorrerão ao longo do prazo da concessão.

10. -IMOBILIZADO

a) Composição

	Taxa média de depreciação %	Controladora			
		31.03.2013			31.12.2012
		Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	2,73	4.417.549	(2.283.173)	2.134.376	2.159.451
Edificações e benfeitorias	2,98	1.282.842	(745.509)	537.333	543.628
Máquinas e equipamentos	4,12	5.572.653	(3.607.454)	1.965.199	2.001.942
Móveis e utensílios	6,25	8.528	(3.862)	4.666	4.737
Veículos	14,29	1.768	(1.348)	420	424
Obrigações especiais		(13.228)	-	(13.228)	(13.275)
		11.270.112	(6.641.346)	4.628.766	4.696.907
Em curso					
Edificações e benfeitorias		18.162	-	18.162	16.501
Máquinas e equipamentos		42.609	-	42.609	20.452
Adiantamento a fornecedores		61.520	-	61.520	7.242
Aquisições a ratear		2.569	-	2.569	1.141
		124.860	-	124.860	45.336
		11.394.972	(6.641.346)	4.753.626	4.742.243

Notas Explicativas

		Consolidado			
		31.03.2013			31.12.2012
	Taxa média de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	3,04	6.833.239	(2.520.368)	4.312.871	4.358.878
Edificações e benfeitorias	3,22	1.751.154	(821.652)	929.502	939.975
Máquinas e equipamentos	4,11	7.569.519	(3.934.523)	3.634.996	3.692.815
Móveis e utensílios	6,25	9.579	(4.268)	5.311	5.348
Veículos	14,29	2.119	(1.654)	465	472
Obrigações especiais		(13.353)	-	(13.353)	(13.400)
		16.152.257	(7.282.465)	8.869.792	8.984.088
Em curso					
Reservatórios, barragens e adutoras		14.404	-	14.404	13.517
Edificações e benfeitorias		45.803	-	45.803	43.852
Máquinas e equipamentos		169.571	-	169.571	123.189
Adiantamento a fornecedores		180.194	-	180.194	132.630
Aquisições a ratear		405.195	-	405.195	385.809
		815.167	-	815.167	698.997
		16.967.424	(7.282.465)	9.684.959	9.683.085

b) Mutação do ativo imobilizado

Controladora							
	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	Obrigações especiais	Total
Saldos em 31.12.2012	2.159.451	543.628	2.001.942	5.161	45.336	(13.275)	4.742.243
Ingressos	-	-	-	-	84.655	47	84.702
Incorporação Maesa	7.119	1.537	7.728	2	115	-	16.501
Transferências	(2.957)	919	6.842	442	(5.246)	-	-
Baixas	-	-	(291)	(2)	-	-	(293)
Depreciação	(29.237)	(8.751)	(51.022)	(517)	-	-	(89.527)
Saldos em 31.03.2013	2.134.376	537.333	1.965.199	5.086	124.860	(13.228)	4.753.626
Consolidado							
	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	Obrigações especiais	Total
Saldos em 31.12.2012	4.358.878	939.975	3.692.815	5.820	698.997	(13.400)	9.683.085
Ingressos	-	-	-	-	121.824	47	121.871
Incorporação Maesa	7.119	1.537	7.728	2	115	-	16.501
Transferências	(2.037)	1.194	6.120	492	(5.769)	-	-
Baixas	-	-	(293)	(2)	-	-	(295)
Depreciação	(51.089)	(13.204)	(71.374)	(536)	-	-	(136.203)
Saldos em 31.03.2013	4.312.871	929.502	3.634.996	5.776	815.167	(13.353)	9.684.959

Notas Explicativas

Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original das Usinas

A Companhia, com base exclusivamente na interpretação da Lei nº 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considera que não há total garantia de indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da concessão e autorização dos empreendimentos hidrelétricos, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original.

Dessa forma, a partir de 01.01.2007, passou a depreciar esses ativos de acordo com as taxas determinadas pela Aneel, as quais representam as vidas úteis estimadas dos bens, limitadas ao prazo de concessão, embora a legislação e os contratos prevejam a possibilidade da renovação das concessões e autorizações.

Ainda segundo a referida legislação, os investimentos adicionais realizados para garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido serão indenizados pelo poder concedente ao final do prazo das concessões e autorizações. Desta forma, esses ativos estão sendo depreciados de acordo com as taxas de depreciação estabelecidas pela Aneel.

c) Ajuste a valor justo do ativo imobilizado

Em atendimento às orientações previstas no CPC 27 (Ativo imobilizado) e no ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27 e o CPC 28 - Propriedades para investimento), em 01.01.2009, data da primeira adoção das normas internacionais e CPC, a Companhia adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado das usinas da Companhia cujos valores contábeis se apresentavam substancialmente diferentes dos seus valores justos.

O ajuste a valor justo do imobilizado, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferidos, teve como contrapartida a conta "Ajustes de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido. A depreciação sobre o referido ajuste não resultará em efeitos na base de apuração do imposto de renda e da contribuição social nem na base de distribuição de dividendos.

Os saldos do imobilizado, em 31.03.2013 e 31.12.2012, contemplam o ajuste a valor justo, líquido de depreciação, nos montantes de R\$ 861.955 e R\$ 882.769, respectivamente. A depreciação sobre os ajustes ao valor justo nos trimestres findos em 31.03.2013 e 31.03.2012 foi de R\$ 20.814 e R\$ 21.522, respectivamente.

d) Registro da concessão onerosa contratada ou adquirida em uma combinação de negócios

A Companhia, para fins de elaboração das informações consolidadas, considerou como referência para o registro das concessões onerosas e autorizações concedidas pela União Federal para o uso do bem público para a geração de energia, contratadas ou adquiridas em uma combinação de negócios, o Guia de Aplicação do IFRS 3 - Combinação de negócios, que permite o reconhecimento do valor justo da concessão e do ativo imobilizado como único ativo nas demonstrações contábeis, quando esses ativos não puderem ser vendidos ou transferidos separadamente.

Notas Explicativas

Com base nesse pronunciamento, a Companhia reconheceu a concessão onerosa e as autorizações contratadas ou adquiridas em uma combinação de negócios como um único ativo, no grupo do ativo imobilizado, distribuído pelas naturezas dos ativos proporcionalmente ao seu custo de aquisição. Esse procedimento vinha sendo adotado pela Companhia antes da obrigatoriedade da adoção dos IFRS e CPC, em 01.01.2009, e foi mantido para as transações ocorridas posteriormente a esta data, de modo que fosse conservada a consistência dos procedimentos.

O saldo dessas concessões e autorizações de uso do bem público para a geração de energia, no ativo imobilizado, em 31.03.2013 e 31.12.2012, é de R\$ 548.839 e R\$ 554.920, respectivamente, na controladora, e de R\$ 1.085.594 e R\$ 1.094.647, respectivamente, no consolidado.

e) Apropriação dos encargos financeiros

Os encargos financeiros vinculados aos financiamentos e às concessões a pagar são reconhecidos no ativo imobilizado em curso durante o período de construção das usinas. Os encargos capitalizados no ativo imobilizado consolidado, nos trimestres findos em 31.03.2013 e 31.03.2012, foram de R\$ 7.995 e R\$ 14.670, respectivamente.

f) Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Não há quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução do valor recuperável dos ativos na Companhia.

11. – INTANGÍVEL

a) Composição

	Período de amortização	Controladora			
		Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Total
		31.03.2013	31.12.2012		
Direito de uso	Até 2034	29.844	(19.935)	9.909	10.246
Outros	-	-	-	-	719
		29.844	(19.935)	9.909	10.965

Notas Explicativas


 Tractebel Energia
GDF SUEZ

		Consolidado			
		31.03.2013		31.12.2012	
	Período de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Total
Direito de uso	Até 2037	38.415	(21.146)	17.269	16.996
Direito de compra de energia	2013 a 2023	64.561	(1.504)	63.057	64.561
Licença de operação	2013 a 2014	22.243	(9.578)	12.665	14.556
Direitos do Projeto Trairi	2013 a 2041	12.668	-	12.668	12.668
Outros	-	-	-	-	719
		137.887	(32.228)	105.659	109.500

b) Mutação

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31.12.2012	10.965	109.500
Ingresso	456	1.117
Amortização	(1.512)	(4.958)
Saldos em 31.03.2013	9.909	105.659

12. - FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012
Circulante				
Encargos de uso da rede elétrica	32.654	36.423	40.267	44.413
Energia elétrica comprada	6.889	17.277	121.856	62.984
Transações no âmbito da CCEE	21.590	29.678	39.921	32.974
Materiais e serviços	21.867	29.768	30.895	39.166
Combustíveis fósseis e biomassa	2.600	9.579	3.961	9.579
Fornecedores de imobilizado	12.876	4.821	38.037	30.212
	98.476	127.546	274.937	219.328

Em 31.03.2013, a Companhia não possui valores vencidos com seus fornecedores de bens, direitos e serviços relacionados com a sua atividade operacional.

Notas Explicativas


 Tractebel Energia
GDF SUEZ

13. – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição

	Controladora					
	31.03.2013			31.12.2012		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Bank of America Merrill Lynch	286.667	143.333	430.000	143.333	286.667	430.000
Nordic Investment Bank (NIB)	-	143.985	143.985	-	-	-
Encargos	6.024	-	6.024	5.372	-	5.372
	292.691	287.318	580.009	148.705	286.667	435.372
Moeda estrangeira						
STN ¹²	8.594	90.944	99.538	8.876	93.692	102.568
BNP Paribas (<i>Floating Rate Note</i>)	-	102.552	102.552	-	107.613	107.613
Encargos	8.730	-	8.730	5.425	-	5.425
	17.324	193.496	210.820	14.301	201.305	215.606
	310.015	480.814	790.829	163.006	487.972	650.978
	Consolidado					
	31.03.2013			31.12.2012		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Bank of America Merrill Lynch	286.667	143.333	430.000	143.333	286.667	430.000
NIB	-	143.985	143.985	-	-	-
BNDES	102.857	1.431.687	1.534.544	103.047	1.459.830	1.562.877
Bancos (Repasse BNDES)	69.247	867.491	936.738	79.165	885.907	965.072
Banco do Brasil	3.966	14.211	18.177	3.966	15.203	19.169
Encargos	14.176	-	14.176	13.231	-	13.231
	476.913	2.600.707	3.077.620	342.742	2.647.607	2.990.349
Moeda estrangeira						
STN	8.594	90.944	99.538	8.876	93.692	102.568
BNP Paribas (<i>Floating Rate Note</i>)	-	102.552	102.552	-	107.613	107.613
Encargos	8.730	-	8.730	5.425	-	5.425
	17.324	193.496	210.820	14.301	201.305	215.606
	494.237	2.794.203	3.288.440	357.043	2.848.912	3.205.955

¹² Secretaria do Tesouro Nacional (STN), líquido de garantias depositadas.

Notas Explicativas


 Tractebel Energia
GDF SUEZ

b) Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora			Consolidado		
		Não			Não	
	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
Saldos em 31.12.2012	163.006	487.972	650.978	357.043	2.848.912	3.205.955
Ingressos	-	141.825	141.825	-	141.825	141.825
Juros no resultado	11.118	-	11.118	49.705	-	49.705
Juros capitalizados	-	-	-	-	7.766	7.766
Remuneração de garantia	-	(1.275)	(1.275)	-	(1.275)	(1.275)
Variações monetárias	-	2.159	2.159	-	2.159	2.159
Variações cambiais	(219)	(6.531)	(6.750)	(219)	(6.531)	(6.750)
Transferências	143.336	(143.336)	-	198.653	(198.653)	-
Amortização de principal	(141)	-	(141)	(62.245)	-	(62.245)
Pagamento de juros	(7.085)	-	(7.085)	(48.700)	-	(48.700)
Saldos em 31.03.2013	310.015	480.814	790.829	494.237	2.794.203	3.288.440

Contratação de empréstimo junto ao NIB

Em janeiro de 2013, a Companhia assinou contrato de empréstimo junto ao Nordic Investment Bank (NIB), no montante de R\$ 142.702, correspondentes a US\$ 70.000. O recebimento ocorreu no dia 22.01.2013, no valor de R\$ 141.825, líquido dos custos de captação de R\$ 877. O prazo de amortização é de 10 anos, a partir de outubro de 2015 e os encargos financeiros sobre o empréstimo são IPCA + 3,55% ao ano.

Pré-pagamento do financiamento da operação em conjunto Itasa

Em fevereiro de 2013, a operação em conjunto Itasa liquidou antecipadamente a totalidade de seu financiamento junto ao BNDES e aos bancos (Repasse BNDES). O montante pago pela Companhia, correspondente à parcela de sua responsabilidade, foi de R\$ 18.206.

c) Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Controladora			Consolidado		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Abril a dezembro de 2014	143.333	4.243	147.576	278.686	4.243	282.929
2015	18.108	102.551	120.659	199.322	102.551	301.873
2016	18.108	-	18.108	200.258	-	200.258
2017	18.108	-	18.108	200.636	-	200.636
2018	18.108	-	18.108	196.595	-	196.595
2019 a 2023	71.553	-	71.553	938.174	-	938.174
2024 a 2028	-	86.702	86.702	513.550	86.702	600.252
2029	-	-	-	73.486	-	73.486
	287.318	193.496	480.814	2.600.707	193.496	2.794.203

Notas Explicativas



d) Condições Contratadas

Empresas / Bancos	Juros	Condições de pagamento		
		Vencimento	Principal e juros	Saldo em 31.03.2013
Moeda nacional				
Controladora				
Bank of America Merrill Lynch	98% do CDI	07.2014	Principal: 07.2013, 01.2014 e 07.2014	435.099
NIB(g)	IPCA + 3,55% a.a.	10.2022	Juros - trimestrais, a partir de 04.2013 Principal -trimestral, a partir de 10.2015	144.910
Controladas				
CEE				
BNDES	TJLP + 1,89% a.a. (a)	09.2029	Mensais	879.134
BNDES – Crédito Social (e)	TJLP	06.2018	Mensais	19.816
Bancos (Repasse BNDES) (b)	TJLP + 2,95% a.a. (a)	09.2029	Mensais	596.569
CESS				
BNDES	TJLP + 2,7% a.a. (a)	10.2023	Mensais	169.917
Bancos (Repasse BNDES) (b)	TJLP + 3,25% a.a. (a)	10.2023	Mensais	343.192
Hidropower (Banco do Brasil)	8,08% a.a. (c)	10.2017	Mensais	18.343
Areia Branca (BNDES)	TJLP + 2,5% a.a. (a)	06.2024	Mensais	53.346
Beberibe (BNDES)	TJLP + 3,5% a.a. (a)	12.2023	Mensais	90.095
Pedra do Sal (BNDES)	TJLP + 1,92% a.a. (a)	12.2023	Mensais	61.030
Ibitiúva				
BNDES (Subcrédito A e C)	TJLP + 2,05% a.a. (a)	01.2021	Mensais	28.093
BNDES (Subcrédito B) (d)	4,5% a.a.	01.2020	Mensais	28.812
Projeto Trairi (h)	TJLP + 2,51% (a)	07.2029	Mensais, após 08.2013 (f)	209.264
Moeda estrangeira				
STN	Libor + 1,075% a.a.	04.2024	Semestrais	103.282
BNP Paribas (Floating Rate Note)	Euribor + 2,75%a.a.	11.2015	Anuais	107.538

^(a) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos.

^(b) Os Bancos são os seguintes: Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Votorantim.

^(c) Taxa fixa já considerando o bônus de adimplência de 15% para pagamento até a data de vencimento.

^(d) Crédito destinado a financiar máquinas e equipamentos da Usina Ibitiúva.

^(e) Crédito destinado a financiar exclusivamente projetos sociais e ambientais do empreendimento Estreito.

^(f) Para os financiamentos dos projetos eólicos no Ceará. A amortização do pagamento de principal e o pagamento de juros iniciar-se-ão em agosto de 2013.

^(g) Pagamento de principal inicia em outubro de 2015.

^(h) Projeto Trairi compõe as seguintes empresas: Trairi, Mundaú, Guajiru e Fleixeiras I.

e) Compromissos contratuais (*covenants*)

Os compromissos financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia. Os *covenants* dos financiamentos dos parques eólicos Mundaú, Guajiru, Fleixeiras I e Trairi serão exigidos somente após a entrada em operação comercial de cada usina.

Notas Explicativas

14. – DEBÊNTURES

a) Composição

	Controladora e Consolidado					
	31.03.2013			31.12.2012		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
2ª Emissão – série única	160.219	162.280	322.499	156.825	158.548	315.373
Juros	18.623	-	18.623	13.217	-	13.217
	178.842	162.280	341.122	170.042	158.548	328.590

b) Mutação das debêntures

	Controladora e Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2012	170.042	158.548	328.590
Juros gerados	5.429	19	5.448
Variações monetárias	3.371	3.713	7.084
Saldos em 31.03.2013	178.842	162.280	341.122

c) Condições contratadas

	Quantidade	Remuneração	Condições de Pagamento		
			Juros/variação monetária	Principal	Garantia
2ª Emissão - série única	35.000	IPCA ¹³ + 7% a.a.	Anualmente em 15.05	3 parcelas em 05.2012/13/14	Sem garantia

Os compromissos financeiros - *covenants* das debêntures estão sendo cumpridos pela Companhia.

¹³ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

Notas Explicativas

15. – CONCESSÕES A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012
Usina Hidrelétrica Cana Brava	525.770	508.629	525.770	508.629
Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra	473.279	459.258	473.279	459.258
Usina Hidrelétrica São Salvador	-	-	427.165	419.712
Usina Hidrelétrica Estreito	-	-	42.110	41.327
	999.049	967.887	1.468.324	1.428.926
Classificação no balanço patrimonial				
Passivo circulante	3.159	3.129	49.736	48.800
Passivo não circulante	995.890	964.758	1.418.588	1.380.126
	999.049	967.887	1.468.324	1.428.926

A Companhia possui contratos de concessão onerosa com a União Federal para a Utilização do Bem Público (UBP) para a geração de energia nas seguintes usinas hidrelétricas: Cana Brava, Ponte de Pedra, São Salvador e Estreito. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxas de desconto de referência na data da assunção da obrigação, quais sejam: Cana Brava, São Salvador e Estreito - 10% a.a. e Ponte de Pedra - 8,28% a.a.

Durante a construção das usinas a atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária foi capitalizada no ativo imobilizado e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

a) Mutação

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
SalDOS em 31.12.2012	3.129	964.758	967.887	48.800	1.380.126	1.428.926
Juros capitalizados	-	-	-	-	229	229
Juros no resultado	-	21.355	21.355	-	32.281	32.281
Variações monetárias	-	10.525	10.525	-	19.495	19.495
Transferências	748	(748)	-	13.543	(13.543)	-
Amortizações	(718)	-	(718)	(12.607)	-	(12.607)
SalDOS em 31.03.2013	3.159	995.890	999.049	49.736	1.418.588	1.468.324

Notas Explicativas

b) Vencimentos das concessões a pagar apresentadas no passivo não circulante

	Controladora	Consolidado
Abril a dezembro de 2014	1.959	34.715
2015	2.410	42.597
2016	2.198	38.723
2017	2.005	35.210
2018	1.829	32.015
2019 a 2023	215.916	330.321
2024 a 2028	469.089	540.098
2029 a 2033	287.211	331.290
2034 a 2037	13.273	33.619
	995.890	1.418.588

16. - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012
Federais				
Imposto de renda e contribuição social	147.394	409.824	159.186	436.981
PIS e Cofins	28.197	18.648	29.602	22.661
INSS	3.824	3.597	4.502	4.277
Outros	1.017	1.431	1.029	1.471
	180.432	433.500	194.319	465.390
(-) Tributos federais a compensar	(6.445)	(75.541)	(8.098)	(76.431)
	173.987	357.959	186.221	388.959
Estaduais				
ICMS a pagar	6.295	6.110	29.810	27.457
(-) ICMS a compensar	(1.833)	(1.717)	(1.869)	(1.724)
	4.462	4.393	27.941	25.733
Municipais				
ISSQN ¹⁴	707	623	1.187	1.384
	179.156	362.975	215.349	416.076

As obrigações fiscais correntes são apresentadas de forma líquida dos ativos quando os referidos tributos corresponderem às mesmas entidades tributárias e houver a intenção da administração da Companhia em liquidá-los pelo valor líquido.

Do saldo de tributos federais a compensar apresentado em 31.12.2012, R\$ 69.528, na controladora e no consolidado, correspondiam a crédito de PIS e Cofins reconhecido por decisão judicial transitada em julgado favorável à Companhia relativa à aplicação da Instrução Normativa 468/2004. Em 27.12.2012, a Companhia obteve despacho favorável da Receita Federal do Brasil quanto aos pedidos de habilitação de crédito, os quais foram compensados em janeiro de 2013.

¹⁴ Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

Notas Explicativas

 Tractebel Energia
GDF SUEZ
17. – PROVISÕES FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

As ações e reclamações de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas que, na avaliação dos consultores jurídicos e da Administração da Companhia, se revestem de riscos prováveis de desembolso futuro estão provisionadas por valores julgados suficientes para a liquidação dos respectivos passivos.

a) Composição

Riscos prováveis:	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012
Fiscais				
INSS	16.347	16.195	16.347	16.195
Outros	4.769	4.767	6.534	6.533
	21.116	20.962	22.881	22.728
Cíveis				
Tarifa de uso do sistema de transmissão	69.575	65.085	69.575	65.085
Contratos com fornecedores	26.169	25.549	26.169	25.549
Benefícios de aposentadoria	11.268	10.894	11.268	10.894
Ambientais	8.144	7.873	8.144	7.873
Doença ocupacional e acidente do trabalho	4.900	4.785	4.900	4.785
Desapropriações	10.228	15.298	10.228	15.298
Ações diversas	7.376	7.203	11.563	11.275
	137.660	136.687	141.847	140.759
Trabalhistas	10.164	9.794	10.465	11.233
Total	168.940	167.443	175.193	174.720
Classificação no balanço patrimonial				
Passivo circulante	28.289	28.439	29.020	29.170
Passivo não circulante	140.651	139.004	146.173	145.550
	168.940	167.443	175.193	174.720

Notas Explicativas

Informações mais recentes sobre as provisões avaliadas como prováveis:

a.1) Riscos fiscais

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

Refere-se, substancialmente, a uma Notificação Fiscal de Lançamento de Débito (NFLD) recebida pelo não recolhimento de contribuição adicional ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) nas competências de abril de 1999 a março de 2004, em razão de suposta ausência de comprovação de fator de risco relacionado com o ambiente de trabalho. A Companhia defende que não há respaldo na legislação citada na referida notificação para as mencionadas competências, e que somente poderia ser cobrado o adicional de contribuição para o empregado que tivesse direito à aposentadoria especial, o que não é o caso no período em referência.

A Companhia aguarda o julgamento do recurso que interpôs nesse processo. O montante provisionado em 31.03.2013 é de R\$ 14.290 (R\$ 14.151 em 31.12.2012).

a.2) Riscos cíveis

Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST)

A ação visa ajustar a TUST paga pela UHE Ponte de Pedra ao montante equivalente ao cobrado de outra usina com características semelhantes. A Companhia provisiona a diferença entre o valor cobrado e contrata carta de fiança em garantia do valor controverso. No presente trimestre, não houve qualquer alteração no andamento da ação, apenas a complementação da provisão pelo montante contestado.

Contratos com fornecedores

- **Companhia de Interconexão Energética (Cien):** refere-se à ação ordinária de indenização ajuizada pela Cien requerendo o direito ao recebimento de diferença relativa à aplicação de reajuste cambial previsto no contrato de venda de energia, bem como a rescisão do mesmo por suposto descumprimento de cláusula contratual.

Após longa tramitação, foi fixada a competência da Justiça Comum para julgar o processo. Em 19.11.2012, foi proferida sentença julgando improcedente o pedido da Cien. A Cien se opôs a essa sentença, via Embargos de Declaração, que não foram acolhidos, e interpôs Recurso de Apelação para o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), já contrarrazoado pela Companhia. O montante relacionado a essa causa em 31.03.2013 é de R\$ 22.319 (R\$ 21.658 em 31.12.2012).

Notas Explicativas

b) Riscos possíveis e remotos

A Companhia é parte em outros processos judiciais que na avaliação de seus consultores jurídicos e da Administração da Companhia não apresentam risco provável de desembolso futuro. Os valores relativos a esses processos, abaixo mencionados, não são provisionados, sendo apenas mencionados em notas explicativas.

	Controladora					
	31.03.2013			31.12.2012		
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Fiscais	116.821	561.055	677.876	115.740	554.796	670.536
Cíveis	15.660	425	16.085	15.143	412	15.555
Trabalhistas	7.072	27.142	34.214	6.774	27.829	34.603
	139.553	588.622	728.175	137.657	583.037	720.694

	Consolidado					
	31.03.2013			31.12.2012		
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Fiscais	165.670	563.841	729.511	163.999	557.582	721.581
Cíveis	39.213	1.469	40.682	38.696	1.456	40.152
Trabalhistas	7.122	29.513	36.635	6.824	30.200	37.024
	212.005	594.823	806.828	209.519	589.238	798.757

b.1) Riscos fiscais possíveis

Os principais riscos de natureza fiscal avaliados pela Companhia e seus assessores jurídicos como sendo de risco possível são os seguintes:

Denúncia espontânea

O Código Tributário Nacional (CTN) contém dispositivo que permite o recolhimento de tributos em atraso sem a aplicação de multa de mora, através de “denúncia espontânea”, desde que efetuado antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização. Ocorre que a Receita Federal do Brasil (RFB) não vem aceitando recolhimentos fora do prazo sem a correspondente multa de mora.

Para garantir seu direito nesta situação, a Companhia apresenta impugnações administrativas e, quando necessário, judiciais. Em 18.05.2012, a RFB cientificou a Companhia de Acórdão proferido pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), conferindo decisão favorável à Companhia, por unanimidade de votos.

A discussão envolvia o valor de R\$ 495. Apesar do valor não ser muito expressivo, a decisão é importante como novo precedente administrativo, o que poderá dispensar a busca do judiciário para garantia do direito legal da Companhia nos novos processos.

O montante das notificações atualizadas em 31.03.2013 é de R\$ 56.021 (R\$ 55.502 em 31.12.2012).

Notas Explicativas

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Comunicação e Transporte (ICMS)

A Companhia e sua controlada TBLC foram autuadas pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, sob a alegação de que as notas fiscais de venda de energia elétrica a consumidores livres são emitidas no mês seguinte ao fato gerador. Pelo entendimento do fisco, essa prática posterga em um mês o recolhimento do imposto devido ao Estado.

A medição da energia utilizada pelo cliente é realizada pela distribuidora à qual o mesmo está conectado. Posteriormente, a distribuidora remete as informações para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), entidade responsável pelos ajustes dessa medição, a fim de possibilitar a contabilização da energia comercializada pelo agente.

O procedimento de medição é concluído até o oitavo dia do mês seguinte ao fornecimento, portanto, somente a partir dessa data é possível faturar a energia consumida pelo cliente.

Em relação aos dois processos atribuídos à controlada TBLC, foi apresentado recurso ao Tribunal de Impostos e Taxas que reduziu o montante e a multa em um dos processos e manteve os valores originalmente atribuídos ao outro.

Após esta decisão, a TBLC ingressou com pedido de retificação e a admissibilidade do Recurso Especial nos dois processos. Para um deles foi negado o provimento ao pedido, bem como indeferido o recurso e para o outro ainda se espera o julgamento na esfera administrativa. Em relação ao processo cujo recurso na esfera administrativa não foi aceito, a TBLC aguarda o processo de execução por parte da Secretaria da Fazenda para que possa realizar o embargo na esfera judicial.

Existem, também, dois processos aplicados à Tractebel Energia, sendo que em ambos houve a redução do valor da multa, porém a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ingressou com recurso contra esta redução. Diante desta situação, a Companhia interpôs um pedido de retificação do julgado e recurso especial com o objetivo de obter decisão integral favorável ao cancelamento das inscrições descritas nos autos, os quais estão no aguardo de admissibilidade por parte do juízo.

Apesar do êxito parcial das defesas apresentadas pela Companhia, a administração e seus consultores entendem que a totalidade dos lançamentos está comprometida por erro de apuração e embasamento legal, onde a possibilidade de ganho supera o risco de perda.

Os referidos autos de infração estão sendo contestados pela Companhia juntamente com seus advogados. O montante atualizado desses autos em 31.03.2013 é de R\$ 14.161 (R\$ 13.995 em 31.12.2012), na controladora, e de R\$ 53.648 (R\$ 52.902 em 31.12.2012), no consolidado.

Ainda que eventualmente se mantenham parcialmente os autos de infração, a Administração da Companhia e seus advogados entendem que o passivo contingente seria inferior a 10% do lançado pela fiscalização, que adotou critérios de apuração sem embasamento legal, o que reduziria substancialmente o valor anteriormente informado.

Notas Explicativas

Compensação de base negativa na sucessão e dispensa de multa em denúncia espontânea

Em junho de 2008, a Companhia obteve decisão favorável da Delegacia de Julgamento em Florianópolis, relativamente à parte do auto de infração emitido pela RFB, em virtude da utilização de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no ano-calendário de 2003, originada de operação de incorporação. Nesse auto, o fisco também exigiu o pagamento de tributos quitados em atraso pela Companhia sem a incidência de multa, através de compensação com créditos tributários existentes, com fundamento no instituto da denúncia espontânea prevista no artigo 138 do CTN.

Os valores referentes à base negativa de CSLL são provenientes de incorporação de empresa, ocorrida em 29.04.1998 e utilizados em data posterior à modificação introduzida na legislação tributária através da Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, de 2001, que vedou a utilização de bases negativas decorrentes de incorporação, fusão ou cisão de empresas.

Como a incorporação se deu muito antes da vedação imposta pela referida MP, quando ainda era possível aproveitar a base negativa de CSLL da sucedida, a Companhia entende que a nova regra não alcança a incorporação levada a efeito. Os valores foram integrados ao seu patrimônio, na qualidade de sucessora, o que lhe garante o direito de utilizá-los. Tais argumentos foram acatados pela Delegacia de Julgamento de Florianópolis.

No que respeita a quitação de tributos vencidos sem a incidência de multa e com a utilização de créditos tributários, antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, a Companhia entende que tal situação se enquadra no instituto da denúncia espontânea prevista no artigo 138 do CTN. Contudo, tal entendimento não foi acatado pela Delegacia de Julgamento de Florianópolis.

O processo encontra-se em tramitação no CARF, por parte da RFB, e com recurso voluntário da Companhia versando exclusivamente acerca da questão da não incidência da multa de mora. O montante atualizado dessa autuação em 31.03.2013 é de R\$ 29.912 (R\$ 29.688 em 31.12.2012).

b.2) Riscos fiscais remotos

Os principais riscos de natureza fiscal avaliados pela Companhia e seus assessores jurídicos como sendo de risco remoto são os que seguem:

Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC)

Em 30.12.2010, a Receita Federal do Brasil expediu auto de infração, sob a alegação de que a Companhia efetuou nos anos-calendários de 2005, 2006 e 2007, exclusões não autorizadas na apuração de imposto de renda e contribuição social, referentes a valores de RIC.

O Decreto-Lei nº 1.506/1976, de 23.12.1976, instituiu importante benefício fiscal ao setor elétrico brasileiro, isentando a RIC da incidência do imposto de renda.

Assim, sobre as imobilizações em curso realizadas com capital próprio ou empréstimos passaram a incidir juros de até 10% a.a., acrescidos ao ativo diferido vinculado às respectivas obras em andamento, cuja contrapartida era registrada no resultado do período e constituía receita isenta de imposto de renda.

Notas Explicativas

Em 12.12.1985, o então Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) expediu a Portaria nº 250/1985, alterando a contabilização até então adotada e a remuneração das imobilizações em curso (juros de até 10% a.a.), objeto de benefício da isenção do imposto de renda, por força do Decreto-lei nº 1.506/1976, até então registrada no resultado, passando a receber duas classificações contábeis distintas: a) a parcela referente às obras realizadas com capital próprio passou a ser lançada no patrimônio líquido e, portanto, sem efeito no resultado do período; e b) a parcela referente às obras realizadas com empréstimos passou a ser lançada a crédito do ativo diferido para posterior amortização no resultado, concomitantemente com os valores contratuais lançados a débito, também, do ativo diferido. Com esse procedimento a parcela da receita isenta decorrente de obras realizadas com empréstimos, que anteriormente era contabilizada no resultado no momento de sua apuração, passou a ser reconhecida no resultado, com exclusão para fins de apuração do lucro real, somente quando: i) o ativo em construção que lhe dera origem entrasse em operação ou (ii) ocorresse a baixa do respectivo bem.

Este novo procedimento contábil permaneceu até 31.12.1995, sendo alterado pela Portaria nº 526, de 22.11.1995, do DNAEE que, entre outras providências, determinou a transferência dos saldos existentes no ativo diferido, relativamente à remuneração das imobilizações em curso, para o imobilizado e extinguiu o cálculo e contabilização da RIC correspondente à parcela das obras realizadas com capital de terceiros, permanecendo apenas a remuneração sobre a parcela das obras realizada com capital próprio.

A isenção garantida pelo mencionado Decreto-Lei foi revogada pela Lei nº 9.718, de 27.11.1998, o que levou a Companhia a suspender seu cálculo e sua contabilização a partir de 01.01.1999.

Dessa forma, os valores de RIC que estão sendo glosados pela autoridade fiscal referem-se a receitas anteriormente diferidas, calculadas ao amparo do referido Decreto-Lei e, portanto, beneficiados pela isenção do imposto de renda, que estão sendo reconhecidas no resultado durante a operação das usinas que lhe deram origem.

Em 24.02.2012, a Companhia tomou ciência do Acórdão da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Florianópolis, onde seus membros, depois da análise de mérito da questão, julgaram, por unanimidade, procedente a impugnação. Esta decisão só será definitiva após sua confirmação pela instância administrativa superior, ou seja, o CARF. Em razão desta decisão, a Companhia passou a avaliar o risco de perda da ação como remoto. O relator do processo no Conselho foi sorteado e será o representante dos contribuintes.

A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos entendem que os argumentos utilizados para impugnar o lançamento do crédito fiscal propiciam uma expectativa otimista de êxito ao final da demanda. O montante atualizado dessa autuação em 31.03.2013 é de R\$ 378.553 (R\$ 374.090 em 31.12.2012).

Notas Explicativas

PIS e Cofins – Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal (IN 658/2006)

A Companhia, em julho de 2005, impetrou Mandado de Segurança contra as exigências previstas na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 468/2004 (IN 468/2004), revogada em 04.07.2006 pela IN 658/2006 para que as receitas decorrentes dos contratos assinados até 31.10.2003 fossem submetidas à tributação não cumulativa de PIS e Cofins a partir da primeira alteração de preço, descaracterizando assim, o conceito do “preço predeterminado”, previsto no artigo 10 da Lei nº 10.833/2003.

Tal processo teve o seu trânsito em julgado no mês de junho de 2012, não havendo mais quaisquer discussões envolvendo as referidas Instruções Normativas (468/2004 e 658/2006).

Como não há mais discussão a respeito das referidas IN, após esta decisão, a Companhia, em junho de 2012, deixou de apresentar no quadro demonstrativo de contingências o valor de R\$ 373.457, que vinha sendo demonstrado como de risco remoto.

Em relação ao montante depositado em juízo, referente aos depósitos judiciais efetivados de julho a outubro de 2006, foi publicado, em 12.07.2012, o deferimento do pedido de levantamento efetuado pela Companhia autorizando a expedição de alvará para liberação de tais depósitos, em razão do STJ ter concluído que a concessão da ordem pelo TRF, abranger também o período regido pela IN 658/2006.

Porém, em 10.08.2012 a União Federal pleiteou a suspensão da ordem de expedição do alvará para levantamento dos referidos depósitos judiciais, para possibilitar o exame da situação dos contratos vinculados à decisão judicial. Intimada a se manifestar a Companhia requereu o indeferimento do pedido da União Federal, tendo sido mantida a ordem de expedição do alvará.

Contra a decisão que manteve esta ordem, a União Federal interpôs um recurso jurídico denominado “Agravo de Instrumento”, no qual obteve liminar, sendo que a questão será examinada no julgamento do recurso após o pleno contraditório das contrarrazões. O montante do depósito atualizado em 31.03.2013 é de R\$ 46.323 (R\$ 45.659 em 31.12.2012).

A Companhia também protocolou, em 11.09.2012, o pedido de habilitação do crédito reconhecido por decisão judicial transitado em julgado relativo ao indébito dos valores recolhidos anteriormente a junho de 2005, cujo pedido foi deferido em 27.12.2012. O montante atualizado, no valor de R\$ 69.528 (R\$ 68.701 em 31.12.2012), foi utilizado em janeiro de 2013 para compensar parte do valor devido do imposto de renda do exercício de 2012.

Recuperação de PIS e Cofins

Em 1998 foi publicada a Lei nº 9.718/98 ampliando a base de cálculo do PIS e da Cofins que, até então, incidiam apenas sobre o faturamento das empresas.

A Companhia questionou judicialmente a constitucionalidade da referida Lei, logrando êxito na demanda, o que lhe permitiu compensar as contribuições calculadas sobre as receitas diversas das decorrentes de faturamento, relativamente ao período de apuração de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, para o PIS, e de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, para a Cofins.

Notas Explicativas

A principal receita computada no cálculo do valor a compensar diz respeito à rubrica contábil denominada "Receita de Subvenção da Conta de Consumo de Combustível (CCC)" ("Subvenção CCC").

Em 2009, a Receita Federal do Brasil intimou a Companhia a recolher o valor de R\$ 135.982 referente ao período de abril de 2004 a janeiro de 2007, já incluídos os juros e multas, alegando que a "subvenção CCC" representa faturamento e, portanto, era devida a sua inclusão na base de cálculo do PIS e da Cofins no período mencionado.

Na avaliação da administração e dos consultores jurídicos da Companhia, os argumentos da Receita Federal do Brasil não procedem e podem ser facilmente contestados, porquanto o conceito atribuído à sistemática da "Subvenção da CCC", para fins de contabilização de combustíveis fósseis consumidos pelos agentes geradores de energia elétrica não era compatível com a natureza jurídica de receita. Dessa forma, a Companhia efetuou a manifestação de inconformidade com a intimação na esfera administrativa e, se necessário, efetuará na esfera judicial. Mesmo que a "Subvenção CCC" tivesse a natureza de receita, que não tem, não representaria "faturamento" que era a única receita passível de tributação pelo PIS e pela Cofins.

De fato, até 2005 o combustível adquirido com recursos da "Subvenção CCC" e da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) era contabilizado por ocasião de seu consumo nas usinas como "custo de operação" em contrapartida com uma receita de "Subvenção".

A Aneel alterou o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica para modificar o conceito que vinha sendo utilizado inadequadamente e, a partir de 2006, o lançamento contábil passou a ser "custo de operação" em contrapartida de uma conta retificadora para neutralizar o resultado. Essa alteração está fortemente fundamentada em Notas Técnicas emitidas por aquela Agência.

Em face da síntese acima apresentada, é de entendimento da administração que o risco de perda no processo é remoto. O processo encontra-se aguardando o julgamento da Delegacia de Julgamento de Florianópolis. O montante atualizado em 31.03.2013 é de R\$ 174.857 (R\$ 173.118 em 31.12.2012).

18. – OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A Companhia, através da PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar, concede aos seus empregados planos de benefícios de previdência complementar. A PREVIG é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, patrocinada pela Companhia, na condição de sua Instituidora, e por outras empresas do grupo GDF SUEZ estabelecidas no Brasil. Os planos de benefícios administrados pela PREVIG são de Contribuição Definida (CD) e de Benefício Definido (BD), este último fechado para novas adesões.

A Companhia patrocina ainda o plano BD da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), também fechado para novas adesões. Esse plano tem como participantes, principalmente, os aposentados que entraram em gozo de benefícios até 23.12.1997, data da cisão da Eletrosul, bem como os participantes que optaram pelo benefício proporcional diferido até aquela data, que não migraram para a PREVIG.

Notas Explicativas

a) Plano de Benefício Definido (BD)

A composição das obrigações com benefícios de aposentadoria da Companhia é apresentada na tabela abaixo:

	Controladora e Consolidado (Ajustado)					
	31.03.2013			31.12.2012		
		Não			Não	
	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
Obrigações contratadas						
Contrato de confissão de dívidas passadas	21.966	94.463	116.429	20.921	98.017	118.938
Déficit não contratado						
Contribuições correntes e Cobertura de custos	1.136	195	1.331	1.385	517	1.902
Déficit não contratado	4.048	123.591	127.639	10.062	116.359	126.421
Avaliação atuarial	27.150	218.249	245.399	32.368	214.893	247.261
Passivo atuarial registrado	27.150	219.461	246.611	32.368	215.598	247.966
Ativo atuarial registrado	-	1.212	1.212	-	705	705

Até 31.12.2012, a Companhia vinha adotando o método do “corredor” para o reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais no seu resultado. De acordo com o CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados - equivalente à norma internacional IAS 19 revisada - a partir de 01.01.2013 os ganhos ou perdas atuariais avaliados anualmente pelos atuários devem ser reconhecidos na rubrica “Outros resultados abrangentes”, no Patrimônio Líquido, eliminando assim a abordagem do “corredor” que permitia o diferimento do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais no resultado. Além disso, a rentabilidade dos ativos dos planos passou a ser calculada com base na taxa de desconto utilizada para fins de avaliação do valor presente do passivo atuarial e apresentada de forma líquida na rubrica “Juros líquidos sobre o passivo atuarial líquido”, no resultado financeiro.

Para efeitos comparativos, a norma revisada foi aplicada retrospectivamente a 01.01.2012. Os efeitos no balanço patrimonial de 31.12.2012 e no resultado do trimestre findo em 31.03.2012, decorrentes da alteração dessa norma estão apresentados no quadro demonstrativo da Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis.

O passivo atuarial reconhecido no balanço patrimonial está parcialmente coberto por obrigações contratadas e/ou reconhecidas através de instrumento de confissão de dívida e de termo de acordo firmados pela Companhia com as respectivas Fundações.

As dívidas contratadas são atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) e, sobre as mesmas, incidem juros de 6% a.a. A expectativa de realização dos valores contratados apresentados no passivo não circulante é a seguinte:

Notas Explicativas

	ELOS	PREVIG	Total
Abril a dezembro de 2014	14.647	1.419	16.066
2015	3.534	1.851	5.385
2016	3.746	1.963	5.709
2017	3.971	2.080	6.051
2018	4.209	2.205	6.414
2019 a 2023	25.150	10.144	35.294
2024 a 2028	15.737	170	15.907
2029 a 2032	3.637	-	3.637
	74.631	19.832	94.463

A movimentação das “Obrigações com benefícios de aposentadoria”, por plano, está resumida a seguir:

	Plano ELOS BD	Plano PREVIG BD	Plano PREVIG BSPS	GC	Total
Passivo (Ativo) registrado em 31.12.2012 (Ajustado)	235.103	(705)	10.202	2.661	247.261
Custo do serviço corrente	-	28	-	21	49
Juros líquidos sobre passivo/ ativo atuarial líquido	5.023	(256)	154	46	4.967
Contribuições	-	(41)	(430)	-	(471)
Pagamentos de obrigações contratadas	(5.508)	(238)	(661)	-	(6.407)
Passivo (Ativo) registrado em 31.03.2013	234.618	(1.212)	9.265	2.728	245.399

A despesa líquida a ser reconhecida no resultado de abril a dezembro de 2013, relativamente ao plano de benefícios definidos e à gratificação de confidencialidade, é composta como segue:

	Plano ELOS BD	Plano PREVIG BD	Plano PREVIG BSPS	GC	Total
Custo do serviço corrente	-	85	-	63	148
Juros sobre o passivo, líquido dos ativos	15.069	(769)	464	137	14.901
Despesa líquida	15.069	(684)	464	200	15.049

a.3) Benefício de gratificação de confidencialidade

Consiste no pagamento de uma remuneração aos empregados da carreira gerencial, por ocasião do término do seu vínculo empregatício.

b) Plano de Contribuição Definida (CD)

Além do plano de benefício definido, a PREVIG administra o plano tipo contribuição definida, onde o custeio dos benefícios é constituído por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados, limitada a aproximadamente 7% da remuneração do empregado.

As despesas administrativas de responsabilidade da Companhia no primeiro trimestre de 2013 foram de R\$ 617 (R\$ 606 no primeiro trimestre de 2012).

Notas Explicativas

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, conforme segue:

Natureza dos créditos	Controladora				
	31.03.2013				31.12.2012
	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total
Passivo:					
Custo atribuído ao imobilizado (valor justo)	908.063	227.016	81.726	308.742	316.050
Ganho com operação de <i>Swap</i>	159.158	39.790	14.324	54.114	42.824
Venda de energia no MAE (atual CCEE)	107.456	26.864	9.671	36.535	36.535
Valor justo de concessão a pagar	47.410	11.852	4.267	16.119	16.306
Subtotal		305.522	109.988	415.510	411.715
Ativo:					
RIC ¹⁵	134.626	33.657	-	33.657	34.566
Obrigações com benefícios de aposentadoria	129.071	32.268	11.616	43.884	43.559
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	131.282	32.821	11.815	44.636	44.636
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	166.625	41.656	14.996	56.652	56.144
Ajuste a valor justo em combinação de negócios	85.860	21.465	7.727	29.192	28.814
Ajuste a valor presente de valores a receber	14.467	3.617	1.302	4.919	4.939
Depreciação acelerada incentivada	7.871	1.968	708	2.676	2.923
Outros	24.145	6.036	2.175	8.211	12.461
Subtotal		173.488	50.339	223.827	228.042
Total líquido		132.034	59.649	191.683	183.673

¹⁵ Remuneração das Imobilizações em Curso

Notas Explicativas


 Tractebel Energia
GDF SUEZ

Natureza dos créditos	Consolidado				
	31.03.2013			31.12.2012	
	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total
Passivo:					
Custo atribuído ao imobilizado (valor justo)	908.063	227.016	81.726	308.742	316.050
Ganho com operação de <i>Swap</i>	159.158	39.790	14.324	54.114	42.824
Venda de energia no MAE (atual CCEE)	107.456	26.864	9.671	36.535	36.535
Valor justo de concessão a pagar	47.410	11.852	4.267	16.119	16.306
Depreciação acelerada incentivada	113.428	28.357	10.208	38.565	37.166
Subtotal		333.879	120.196	454.075	448.881
Ativo:					
RIC	134.626	33.657	-	33.657	34.566
Obrigações com benefícios de aposentadoria	129.071	32.268	11.616	43.884	43.559
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	131.691	32.922	11.851	44.773	44.774
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	168.737	42.184	15.186	57.370	56.830
Ajuste a valor justo em combinação de negócios	85.860	21.465	7.727	29.192	28.814
Prejuízo fiscal e base negativa de contrib. social	63.543	15.886	5.719	21.605	19.777
Ajuste a valor justo do ativo imobilizado	46.176	11.545	4.156	15.701	15.935
Ajuste a valor presente de valores a receber	14.843	3.712	1.336	5.048	5.080
Outros	37.563	9.389	3.383	12.772	17.108
Subtotal		203.028	60.974	264.002	266.443
Total líquido		130.851	59.222	190.073	182.438
Classificação no balanço patrimonial					
Passivo		143.188	63.664	206.852	199.430
Ativo		(12.337)	(4.442)	(16.779)	(16.992)
Total		130.851	59.222	190.073	182.438

A Companhia não constituiu imposto de renda e contribuição social diferido ativo sobre o "ágio" (diferença entre o valor pago e o patrimonial) nas aquisições das controladas CESS e CEE e seus valores patrimoniais, em razão das incertezas quanto à sua realização. Os referidos tributos diferidos sobre esse "ágio" seriam de R\$ 41.312.

Apresentação dos tributos diferidos

A Companhia está apresentando os tributos diferidos passivos, líquidos dos ativos, quando esses corresponderem às mesmas entidades tributárias e houver o direito executável e a intenção da Administração da Companhia de liquidá-los pelo valor líquido.

Notas Explicativas**Aplicação retrospectiva do CPC 33 (R1)**

Em função da aplicação retrospectiva do CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados -, conforme descrito na Nota 21, o saldo das obrigações com benefícios de aposentadoria, em 31.12.2012, foi ajustado em R\$ 59.714, gerando uma redução de R\$ 20.303 no imposto de renda e contribuição social diferido ativo, na Controladora e no Consolidado.

O horizonte de realização do ativo e de exigibilidade do passivo foi estimado conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Abril a dezembro de 2013	16.992	21.244	33.149	29.657
2014	12.945	22.513	20.489	22.513
2015	42.164	20.808	44.953	20.808
2016	18.311	37.820	19.611	37.820
2017	10.205	55.846	11.191	55.846
2018 a 2020	81.223	99.291	84.135	99.540
2021 a 2023	16.346	63.867	19.169	67.468
2024 em diante	25.641	94.121	31.305	120.423
	223.827	415.510	264.002	454.075

20. – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social subscrito e integralizado**

O capital social da Companhia, em 31.03.2013 e 31.12.2012, é de R\$ 2.445.766, totalmente subscrito e integralizado, representado por 652.742.192 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O valor patrimonial da ação em reais, em 31.03.2013, é de R\$ 8,19 (R\$ 8,36 por ação em 31.12.2012).

O quadro societário da Companhia em 31.03.2013 e 31.12.2012 é o seguinte:

Acionistas	% do Capital
GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA)	68,71
Banco Clássico S.A.	10,00
Outros acionistas	21,29
	100,00

Em 31.03.2013 e 31.12.2012, a quantidade de ações da Companhia em poder do acionista controlador GSELA era de 448.512.633. Nestas mesmas datas os administradores da Companhia possuíam 245.232 e 364.340 ações, respectivamente, enquanto que as ações em circulação somavam 203.984.327 e 203.865.219, respectivamente.

Notas Explicativas**b) Pagamento de dividendos****Dividendos intercalares relativos ao segundo semestre de 2012**

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 07.02.2013, aprovou a distribuição de dividendos intercalares, relativos ao segundo semestre de 2012, no valor de R\$ 576.430, correspondente a R\$ 0,8830904134 por ação. O início do pagamento dos referidos dividendos ocorreu em 27.03.2013.

c) Outros resultados abrangentes

A Companhia passou a reconhecer os ganhos ou perdas atuariais na rubrica "Outros resultados abrangentes", no Patrimônio Líquido, a partir de 01.01.2013, de acordo com o CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados - equivalente à norma internacional IAS 19 revisada. Os efeitos da adoção, retrospectivamente à 01.01.2012, foram reconhecidos na rubrica "Outros resultados abrangentes", no montante líquido dos tributos diferidos de R\$ 48.454.

d) Reserva de retenção de lucros

Em decorrência da alteração da metodologia de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, retrospectivamente à 01.01.2012, conforme mencionado na Nota 18 – Obrigações com benefícios de aposentadoria, somente para fins de apresentação, o impacto devedor no resultado do exercício de 2012, no valor de R\$ 9.043, foi deduzido da reserva de lucros.

21. – CONCILIAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Em atendimento às exigências do CPC 30 - Receitas, a tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita líquida de vendas:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	31.03.2012
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Suprimento de energia elétrica				
- Distribuidoras de energia elétrica	473.648	496.552	768.491	761.988
- Comercializadoras de energia elétrica	329.485	338.925	74.943	79.683
Fornecimento de energia elétrica (Consumidores livres)	50.992	47.394	517.506	380.128
Transações no âmbito da CCEE	174.281	29.889	176.744	63.872
Outras receitas	13.552	8.112	15.505	4.815
	1.041.958	920.872	1.553.189	1.290.486
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
PIS e Cofins	(83.685)	(74.743)	(130.231)	(108.596)
ICMS	(5.760)	(4.783)	(21.960)	(19.101)
ISS	(327)	(307)	(327)	(307)
Pesquisa e desenvolvimento	(8.810)	(7.349)	(9.790)	(9.015)
	(98.582)	(87.182)	(162.308)	(137.019)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	943.376	833.690	1.390.881	1.153.467

Notas Explicativas**Reclassificação entre rubricas na receita operacional bruta – consolidada**

Por solicitação de determinados consumidores livres, a Companhia transferiu alguns contratos anteriormente firmados com eles para empresas comercializadoras do mesmo grupo econômico. Além disso, a Companhia firmou novos contratos com outras comercializadoras que também repassam a energia adquirida exclusivamente para unidades industriais do mesmo grupo.

Entretanto, na busca de uma melhor análise comparativa entre as informações, a Companhia passou a apresentar as vendas para comercializadoras que destinam a energia comprada exclusivamente para as suas unidades produtoras como vendas para consumidores livres “Fornecimento de energia elétrica”, e não mais como para comercializadoras “Suprimento de energia elétrica”.

Os saldos consolidados reclassificados entre as rubricas “suprimento de energia elétrica” e “fornecimento de energia elétrica” no primeiro trimestre de 2012 foi de R\$ 50.002.

22. – DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Custo da Energia vendida				Custo dos Serviços prestados	
	Controladora		Consolidado		Controladora e consolidado	
	31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	31.03.2012
Pessoal	37.661	32.768	38.198	33.468	4.674	4.382
Serviço de terceiro	21.603	20.626	28.043	27.819	1.114	1.137
Material	5.879	5.389	6.655	5.989	199	193
Combustível para geração	23.837	2.918	27.564	5.286	-	-
Royalties ¹⁶	19.875	19.883	27.322	25.473	-	-
Depreciação e amortização	88.581	89.922	138.696	131.281	-	-
Seguros	2.548	1.714	3.499	2.232	93	74
Taxa de fiscalização	2.591	2.792	3.206	3.381	-	-
Outros	2.252	4.048	2.963	12.973	131	282
	204.827	180.060	276.146	247.902	6.211	6.068

¹⁶ Compensação pela utilização de recursos hídricos.

Notas Explicativas

Tractebel Energia
 GDF SUEZ
Despesas com vendas e gerais e administrativas:

	Vendas				Gerais e administrativas			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	31.03.2012
Pessoal	1.531	2.182	1.531	2.182	16.132	12.240	16.466	12.870
Administradores	-	-	-	-	4.380	3.943	4.631	4.122
Serviço de terceiro	147	462	843	790	8.440	9.205	8.943	9.882
Material	4	6	4	6	340	418	341	421
Depreciação e amortização	-	-	-	-	2.458	2.800	2.465	2.807
Aluguéis	65	54	65	66	1.356	749	1.524	917
Propaganda e publicidade	-	-	-	-	770	596	770	596
Indenizações	-	-	-	-	278	978	330	978
Contribuições e doações	-	-	-	-	1.961	1.001	2.611	1.001
Contribuição PREVIG	-	-	-	-	672	1.544	672	1.544
Outros	-	581	-	859	2.337	3.026	2.118	3.192
	1.747	3.285	2.443	3.903	39.124	36.500	40.871	38.330

23. - (CONSTITUIÇÃO) REVERSÃO DE PROVISÕES OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	31.03.2012
Benefícios de aposentadoria	349	2.102	349	2.102
Cíveis	(1.971)	(6.517)	(1.999)	(6.737)
Trabalhistas	(160)	614	(160)	614
Devedores duvidosos	-	-	(1.848)	(272)
Outras	93	-	92	(157)
	(1.689)	(3.801)	(3.566)	(4.450)

Notas Explicativas

24. – RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	31.03.2012
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras e depósitos vinculados	12.492	10.351	18.485	18.202
Juros sobre valores a receber	1.627	1.679	1.848	2.454
Variação monetária sobre depósitos judiciais	2.099	2.382	2.143	2.386
Outras receitas financeiras	1.610	130	2.039	261
	17.828	14.542	24.515	23.303
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos	15.291	21.553	53.878	58.285
Juros sobre concessões a pagar	21.355	18.275	32.281	28.419
Juros sobre passivo atuarial líquido	4.967	4.016	4.967	4.016
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	9.243	6.720	9.243	6.720
Variação monetária sobre concessões a pagar	10.525	2.093	19.495	7.506
Variação cambial sobre dívidas	(6.750)	(3.045)	(6.750)	(3.045)
Juros e variação monetária sobre provisões	4.816	3.195	4.883	3.257
Outras despesas financeiras	4.175	3.509	5.010	5.348
	63.622	56.316	123.007	110.506
Despesas financeiras, líquidas	45.794	41.774	98.492	87.203

25. – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Controladora			
	31.03.2013		31.03.2012	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	607.414	607.414	468.034	468.034
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	(151.854)	(54.667)	(117.009)	(42.123)
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	14.314	5.153	11.849	4.266
Incentivos fiscais	5.094	-	3.260	-
Outras	(625)	(117)	(1.115)	(43)
	(133.071)	(49.631)	(103.015)	(37.900)
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(126.940)	(47.752)	(109.632)	(40.609)
Diferido	(6.131)	(1.879)	6.617	2.709
	(133.071)	(49.631)	(103.015)	(37.900)
Alíquota efetiva	21,9%	8,2%	22,0%	8,1%

Notas Explicativas

	Consolidado			
	31.03.2013		31.03.2012	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	630.889	630.889	491.083	491.083
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	(157.722)	(56.780)	(122.771)	(44.197)
Diferenças permanentes:				
Diferença entre as bases de cálculo do lucro real e presumido	3.636	1.191	999	303
Incentivos fiscais	5.094	-	3.260	-
Outras	(1.133)	(298)	(1.275)	(140)
	(150.125)	(55.887)	(119.787)	(44.034)
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(144.269)	(54.108)	(123.072)	(45.543)
Diferido	(5.856)	(1.779)	3.285	1.509
	(150.125)	(55.887)	(119.787)	(44.034)
Alíquota efetiva	23,8%	8,9%	24,4%	9,0%

26. - GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão de risco

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação e monitoramento de riscos dos seus negócios, mantém o Comitê de Gerenciamento de Riscos, a quem cabe: (i) promover internamente a conscientização para o tratamento do risco; (ii) definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento; (iii) promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação; e (iv) classificar e definir os procedimentos de seu controle.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos:

a.1) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Notas Explicativas

Estes riscos são monitorados pelo Comitê Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõem estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

Não houve, no primeiro trimestre de 2013, qualquer mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na administração e mensuração desses riscos.

- Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e índices flutuantes e de variação de cotação de moeda estrangeira

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08 e para fins de referência, está sendo apresentada a seguir uma análise de sensibilidade dos empréstimos, financiamentos, debêntures e concessões a pagar expostos a riscos da variação de taxas de juros, índices flutuantes e de variação de cotação de moedas estrangeiras.

O cenário-base provável para 31.03.2013 foi definido através das seguintes premissas disponíveis no mercado:

	Posição	Cenário	Sensibilidade		
	31.03.2013	Provável	Provável	$\Delta + 25\% (*)$	$\Delta + 50\% (*)$
Variação das taxas de juros e índices:	Variação em 12 meses				
- TJLP	5,00%	5,00%	-	1,25 p.p.	2,50 p.p.
- CDI	6,99%	8,50%	+1,51 p.p.	2,13 p.p.	4,25 p.p.
- IPCA	6,59%	5,43%	-1,16 p.p.	1,36 p.p.	2,72 p.p.
- IGP-M	8,06%	5,45%	-2,61 p.p.	1,36 p.p.	2,73 p.p.
Variação das moedas:	Cotação 31.03.2013				
- Dólar norte americano	2,01	2,05	+1,99%	2,56	3,08
- Euro	2,58	2,64	+2,33%	3,30	3,96

(*) Variações sobre o cenário provável.

Notas Explicativas

A sensibilidade provável foi calculada com base na variação entre os índices efetivados nos últimos doze meses e os previstos no cenário provável. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base na variação de 25% e 50% sobre o cenário provável. Os efeitos adicionais a serem causados no resultado financeiro consolidado da Companhia, caso os cenários se materializem, são os seguintes:

	Saldo em	Sensibilidade		
Riscos:	31.03.2013	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Taxas de juros e índices flutuantes:				
Empréstimos e financiamentos				
- TJLP	2.450.456	-	(27.784)	(57.575)
- CDI	435.099	(4.262)	(6.239)	(12.490)
- IPCA	144.910	1.927	(2.018)	(4.035)
		(2.335)	(36.041)	(74.100)
Debêntures				
- IPCA	341.122	2.505	(2.623)	(5.242)
Concessões a pagar				
- IGP-M	999.049	25.380	(13.649)	(27.298)
- IPCA	469.275	5.370	(6.282)	(12.565)
		30.750	(19.931)	(39.863)
Total		30.920	(58.595)	(119.205)
Moeda estrangeira:				
- Dólar norte americano	103.282	(2.124)	(25.820)	(51.641)
- Euro	107.538	(2.211)	(26.884)	(53.769)
Total		(4.335)	(52.704)	(105.410)

As variações das taxas flutuantes *Libor* e *Euribor*, em 31.03.2013, foram de 0,12 p.p. e 0,26 p.p., respectivamente, e os saldos dos empréstimos vinculados a estas taxas de juros na mesma data são de R\$ 36.527 (líquido das garantias depositadas) e R\$ 107.538, respectivamente. Eventuais variações dessas taxas não resultariam em impactos significativos no resultado financeiro da Companhia, motivo pelo qual os seus efeitos não foram apresentados na análise de sensibilidade anteriormente demonstrada.

a.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

Notas Explicativas

a.3) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as aplicações financeiras e as vendas de energia.

Nas operações de aplicações no mercado financeiro, conforme anteriormente mencionado, a Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos federais, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras, que é revisada periodicamente pelo Comitê Financeiro, com base em critérios internos e em *ratings* divulgados pelas agências classificadoras de risco.

Nos contratos de longo prazo firmados com distribuidoras, inclusive os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), a Companhia minimiza o seu risco de crédito através da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

Como forma de minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras e geradoras, a Companhia exige em garantia padrão a fiança bancária e o CDB caucionado. Para aquelas contrapartes que queiram apresentar outra modalidade de garantia, a Companhia, através de sua área de crédito, realiza uma análise e estabelece, de acordo com sua Política de Análise de Crédito, as garantias que deverão ser exigidas dessas contrapartes.

Os créditos de todos os clientes são revisados anualmente e a sua exposição aos diversos setores da economia é avaliada periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco específico setorial.

O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldade apresentada por bancos e clientes em honrar os seus compromissos é praticamente nulo.

A Companhia é avalista em diversos contratos de suas controladas com o objetivo de assegurar financiamentos.

a.4) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez da Companhia é de responsabilidade do Comitê Financeiro, que gerencia as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazo, através do monitoramento permanente dos fluxos de caixa previstos e realizados.

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente nas reuniões do Comitê Financeiro. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

Notas Explicativas



b) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros relevantes

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012
Ativos financeiros				
Mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	339.209	733.110	807.659	1.166.144
Depósitos vinculados	12.170	-	124.266	104.619
Recebíveis e empréstimos				
Caixa e depósitos bancários à vista	3.458	3.207	7.643	13.832
Contas a receber de clientes	526.387	416.357	788.411	630.263
Valores a receber pela alienação de ativo	86.886	86.886	86.886	86.886
Créditos com controladas	37.026	37.026	-	-
	1.005.136	1.276.586	1.814.865	2.001.744
Passivos financeiros				
Passivos financeiros avaliados ao custo amortizado:				
Fornecedores	205.107	231.730	386.365	330.200
Empréstimos e financiamentos	790.829	650.978	3.288.440	3.205.955
Debêntures	341.122	328.590	341.122	328.590
Concessões a pagar	999.049	967.887	1.468.324	1.428.926
	2.336.107	2.179.185	5.484.251	5.293.671

As aplicações financeiras correspondem substancialmente aos recursos mantidos no fundo de investimento exclusivo. O valor justo deste instrumento está avaliado pelos preços cotados dos títulos públicos que compõem o fundo em mercado ativo (Nível I).

c) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros, somente foram identificadas diferenças, entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado, nos empréstimos e financiamentos, debêntures e concessões a pagar. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares. Na determinação dos valores de mercado, foram utilizados os fluxos de caixa futuros descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes.

	Controladora			
	31.03.2013		31.12.2012	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos				
- Em moeda nacional	580.009	546.104	435.372	435.269
- Em moeda estrangeira	210.820	234.650	215.606	244.638
Debêntures	341.122	350.418	328.590	340.460
Concessões a pagar	999.049	1.723.443	967.887	1.817.911
	2.131.000	2.854.615	1.947.455	2.838.278

Notas Explicativas


 Tractebel Energia
GDF SUEZ

	Consolidado			
	31.03.2013		31.12.2012	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos				
- Em moeda nacional	3.077.620	3.047.229	2.990.349	2.993.824
- Em moeda estrangeira	210.820	234.650	215.606	244.638
Debêntures	341.122	350.418	328.590	340.460
Concessões a pagar	1.468.324	2.425.871	1.428.926	2.550.529
	5.097.886	6.058.168	4.963.471	6.129.451

27. - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

	ATIVO				PASSIVO			
	Contas a receber			Dividendos a receber	Fornecedores		Juros sobre o capital próprio	Outras
	Energia	Serviços	Outras		Energia	Materiais e serviços		
31.03.2013								
CEE	21.781	-	-	20.359	-	-	-	-
CESS	124	106	10	1.637	-	-	-	-
Lages	1.394	167	-	7.280	-	-	-	-
TBLC	92.406	-	-	-	-	-	-	-
Itasa	-	2.310	-	7.750	3.168	-	-	197
Ceste	-	1.316	-	-	-	-	-	-
GSELA	-	-	263	-	-	-	189.783	-
Outras	-	-	324	-	-	100	-	198
	115.705	3.899	597	37.026	3.168	100	189.783	395
31.12.2012	130.199	3.793	464	37.026	4.260	101	189.783	193

Notas Explicativas



b) Valores reconhecidos em contas de resultado

	RESULTADO						
	Receita			Custo	Despesa	Receitas financeiras	Resultado de participações societárias
	Suprimento de energia	Prestação de serviços de O&M	Prestação de serviços de administração	Compra de energia	Serviços de terceiros		
31.03.2013							
CEE	-	-	-	-	-	569	(233)
CESS	1.419	283	58	-	-	-	(908)
Lages	1.969	502	53	-	-	-	7.970
TBLC	272.770	-	106	-	-	-	43.081
Itasa	-	3.465	-	18.440	-	-	(1.406)
TBLP	-	-	-	-	-	-	8.752
Ceste	-	3.946	-	-	-	-	-
Controladas TBLP	-	-	259	-	-	-	-
Outras	-	-	207	-	308	-	-
	276.158	8.196	683	18.440	308	569	57.256
31.03.2012	289.552	7.681	454	34.187	308	170	47.395

As transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia compreendem basicamente:

(i) contratos de compra e venda de energia; (ii) serviços de operação e manutenção de usinas; (iii) prestação de serviços administrativos; e (iv) garantias concedidas a terceiros. Os detalhes das transações mais relevantes estão a seguir demonstrados:

c) Compromissos futuros

Os principais compromissos contratados com partes relacionadas, cujos registros no resultado ocorrerão em suas competências futuras, ao longo do prazo dos contratos, são os seguintes:

c.1) Compra e venda de energia

Contrato	MW médios	Vencimento	Índice de atualização anual	Data base de reajuste	Compromisso Futuro Base 31.03.2013
Compra:					
TBLE - Itasa	167	2030	IGP-M	Janeiro	823.018
TBLE - Itasa	61	2030	Variação do dólar + Inflação dos EUA	Outubro	520.512
Venda:					
TBLE - TBLC	322	2015/2016	IPCA	Março	804.231
TBLE - TBLC	950	2013	IGP-M	Julho	626.069
TBLE - Lages	16	2017	IGP-M	Abril	57.994
TBLE - CESS	5	2037	IPCA	Janeiro	165.304
TBLC - CEE	15	2041	IPCA	Outubro	671.106
TBLC - Projeto Trairi	64	2032	IPCA	Dezembro	1.688.453

Notas Explicativas

De acordo com a política comercial da Companhia, as vendas para consumidores livres são realizadas, principalmente, através da controlada TBLC que, para atender os seus compromissos contratuais, necessita comprar energia da Tractebel Energia e de outras empresas do Grupo.

A energia gerada pelos projetos eólicos Trairi, em construção, está sendo comercializada no Ambiente de Contratação Livre através da controlada TBLC.

c.2) Operação e manutenção

Parte relacionada	Vigência	Índice de atualização anual	Compromisso futuro
			Base 31.03.2013
Itasa	16.10.2030	IGP-M	201.901
Ceste	01.05.2025	INPC (80%) e IPCA (20%)	197.845
CESS	15.10.2023	IGP-M	11.980
Lages	31.03.2015	Reajuste salarial	4.013

A Companhia tem a estratégia de concentrar na Tractebel Energia as atividades de operação e manutenção das usinas de suas controladas, sempre que as mesmas não tiverem esses serviços contratados de terceiros. Os preços praticados têm como base os custos do pessoal da Tractebel Energia envolvido diretamente no desempenho dessas atividades.

c.3) Serviços administrativos

Os serviços necessários às atividades administrativas das controladas diretas e indiretas são prestados pela Tractebel Energia. Os valores contratados são definidos com base no faturamento das controladas e reajustados anualmente pelo INPC. Esses contratos não possuem prazo de vencimento determinado. O valor anual contratado com suas controladas é de R\$ 1.904.

d) Garantias

A Companhia é interveniente de contratos de financiamentos firmados por suas controladas diretas e indiretas com o BNDES, Bancos (Repasse BNDES) e outros agentes financeiros. As principais garantias são as demonstradas a seguir:

Banco	Tipo de garantia	Valor da dívida em 31.03.2013
BNDES e Bancos (Repasse BNDES)	Caução da totalidade das ações de emissão das seguintes empresas: Itasa, CESS, CEE, Beberibe, Pedra do Sal, Areia Branca, Ibitiúva, Fleixeiras I, Guajiru, Mundaú e Trairi.	2.479.268
Banco do Brasil	Caução da totalidade das ações de emissão da controlada indireta Hidropower	18.343

e) Avais e fianças

A Companhia é avalista e fiadora de operações de compra de energia de determinadas controladas, cujo valor total em 31.03.2013 é de R\$ 157.216. Os vencimentos das garantias estão programados da seguinte forma: R\$ 53.069 em 2013, R\$ 35.267 em 2014, R\$ 17.084 em 2022 e R\$ 51.796 em 2023.

Notas Explicativas

Tractebel Energia
 GDF SUEZ
f) Mútuo - Ibitiúva e Andrade Açúcar e Alcool (Andrade)

A controlada indireta Ibitiúva possui um contrato de mútuo com a Andrade - sua parte relacionada no Consórcio Andrade – concedido para a aquisição de equipamentos, máquinas e instalações, bem como para a execução das obras e serviços necessários à melhoria da eficiência do processo produtivo da usina de açúcar e álcool. A remuneração do mútuo corresponde à variação do IPCA e o contrato vence em 2025. O saldo remanescente em 31.03.2013 é de R\$ 16.589.

g) GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda.

A Companhia possui créditos de juros sobre o capital próprio a pagar para a sua controladora, no montante de R\$ 189.783, referente ao crédito realizado em 31.12.2012.

h) Remuneração das pessoas chaves da administração

A remuneração, os encargos e os benefícios relacionados às pessoas chaves da administração nos períodos encerrados em 31.03.2013 e 31.03.2012 estão apresentados a seguir. O único benefício de longo prazo concedido pela Companhia é o de aposentadoria. Os administradores não possuem remuneração baseada em ações da Tractebel Energia.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	31.03.2012
Honorários e benefícios de curto prazo	2.231	2.192	2.458	2.341
Bônus dos administradores	1.345	1.031	1.345	1.031
Benefícios pós-emprego	240	156	240	156
Encargos sociais	564	564	588	594
	4.380	3.943	4.631	4.122

28. – SEGUROS ¹⁷**Riscos operacionais e lucros cessantes**

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios - *Property Damaged Business Interruption* (PDBI) - do programa de seguros de sua controladora GDF SUEZ. A vigência do seguro é até 31.05.2013 e o valor da cobertura é de R\$ 10.930.063 na controladora e R\$ 14.513.783 no consolidado, conforme a seguir demonstrado.

Tipo de usina	Controladora		Consolidado	
	Danos materiais	Lucro cessante	Danos materiais	Lucro cessante
Usinas hidrelétricas	6.890.003	139.685	9.595.088	222.202
Usinas termelétricas	2.926.501	973.874	2.926.501	973.874
Usinas complementares (eólicas, biomassa e PCH)	-	-	695.206	100.912
	9.816.504	1.113.559	13.216.795	1.296.988

¹⁷ As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria de demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Notas Explicativas

O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes é de R\$ 705.303, por evento.

Riscos de engenharia

O Ceste possui seguro de risco de engenharia com cobertura de manutenção ampla de um ano após a entrada em operação das unidades da UHE Estreito. A cobertura total de manutenção ampla é de R\$ 2.404.630, correspondente a R\$ 963.535 relativos à participação da Companhia no consórcio.

Os projetos eólicos possuem seguro de risco de engenharia e de responsabilidade civil nas obras. Os seguros de risco de engenharia possuem cobertura de R\$ 483.327 para danos materiais e manutenção ampla e de R\$ 37.600 para cobertura de perda de lucros esperados, e o de responsabilidade civil nas obras tem cobertura de R\$ 20.000, para todo o período da obra.

Outras coberturas

A Companhia possui ainda seguros para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, seguro de responsabilidade de conselheiros, diretores e administradores, extensivos às suas controladas, bem como seguro de vida em grupo para os seus diretores e empregados.

29. – COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui contratos de longo prazo, cujas informações mais detalhadas podem ser observadas nas divulgações das demonstrações contábeis de 31.12.2012.

Os principais compromissos de longo prazo da Companhia são os seguintes:

- Contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica
- Contrato de venda de créditos de carbono – *Certified Emission Reduction (CER)*;
- Contratos de conexão à rede elétrica;
- Contratos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (CUST e CUSD);
- Compra de gás natural;
- Operações de arrendamento mercantil;
- Contratos de construção em andamento; e
- Contratos de modernização das usinas.

Não houve nenhuma alteração significativa nos compromissos de longo prazo no presente trimestre, exceção feita ao fornecimento de gás natural para a UTE William Arjona, conforme comentado a seguir:

No mês de janeiro de 2013, a Companhia ingressou com um pedido junto ao Presidente do STJ requerendo a perda da eficácia da decisão que garantiu a Petrobras suspender, no ano de 2012, o fornecimento de gás para a UTE William Arjona.

Esse pedido foi aceito pelo STJ e terá vigência até que ocorra uma decisão por parte do próprio STJ sobre outro pedido da Companhia que trata da extinção de Medida Cautelar obtida pela Petrobras em determinado recurso especial.

Notas Explicativas

 Tractebel Energia
GDF SUEZ

Com essa decisão o fornecimento de gás para essa Usina foi retomado, ainda que o processo sobre a defasagem do preço de gás - alegado pela Petrobras - continue vigente e no aguardo dos desfechos comentados no parágrafo anterior. Porém, recentemente, a Ministra Relatora do referido processo restabeleceu o direito da Petrobras de não fornecer gás, até o julgamento final do Agravo Regimental, do qual é a relatora.

30. – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa foram realizadas nos trimestres findos em 31.03.2013 e 31.03.2012.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	31.03.2012
Compensação de imposto de renda e contribuição social	69.528	-	69.551	359
Fornecedores de ativo imobilizado	12.876	4.979	42.834	7.032
Juros sobre financiamentos e concessões a pagar capitalizados	-	-	7.995	14.670
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio creditados	-	517.342	-	517.342
Dividendos propostos a receber de controladas	-	10.547	-	-

31. – EVENTOS SUBSEQUENTES

Data de início de pagamento do crédito de juros sobre o capital próprio do exercício de 2012

A Diretoria Executiva da Companhia anunciou em 26.04.2013 que o início do pagamento do crédito de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício social findo em 31.12.2012, ocorrerá a partir de 14.05.2013. O montante bruto creditado foi de R\$ 276.200, correspondentes a R\$ 0,4231379607 por ação.

Notas Explicativas

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Comercialização de Energia

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Desenvolvimento e Implantação
de Projetos

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Edson Luiz da Silva
Diretor de Planejamento e Controle

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

Florianópolis, 29 de abril de 2013.

Notas Explicativas**Tractebel Energia**
GDF SUEZ

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maurício Stolle Bähr
PresidenteJan Franciscus María Flachet
Vice-PresidenteManoel Arlindo Zaroni Torres
ConselheiroGuy Marie Numa Joseph Ghislain Richelle
ConselheiroDirk Achiel Marc Beeuwsaert
ConselheiroPhilip Gotsall Cox
ConselheiroLuiz Antônio Barbosa
ConselheiroJosé Pais Rangel
ConselheiroLuiz Leonardo Cantidiano Varnieri Ribeiro
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor PresidenteEduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com
InvestidoresMarco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Comercialização de EnergiaJosé Luiz Jansson Laydner
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de
ProjetosJosé Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de EnergiaEdson Luiz da Silva
Diretor de Planejamento e ControleLuciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcelo Cardoso Malta
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador - CRC RJ 072259/O-5 T-SC

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Identificação das projeções

a) Objeto da projeção

Investimentos na manutenção, revitalização e ampliação do parque gerador.

A demonstração dos montantes de investimentos da Companhia segrega valores dispostos em dois grupos:

- Investimentos financiados com capital próprio, incluindo aquisições; e
- Investimentos financiados com dívidas, incluindo dívidas assumidas nas aquisições.

Ambos os modelos de projeção estão contemplados no item “d” abaixo.

As projeções realizadas são meras estimativas razoáveis que normalmente dependem de eventos futuros; portanto não podem ser consideradas como promessa de desempenho por parte da Companhia e de seus administradores.

b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

A Tractebel Energia divulga trimestralmente ao mercado suas projeções de investimentos para o ano corrente e os dois anos subsequentes, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia

As projeções de investimentos da Companhia se baseiam principalmente nas seguintes premissas:

- Cronograma de manutenções das unidades geradoras;
- Diagnósticos de equipamentos;
- Obrigações regulatórias; e
- Iniciativas estratégicas.

Os valores informados, projeção e realizado, não consideram juros sobre a construção (juros sobre Capital Próprio e Capital de Terceiros).

A Administração pode influenciar todas as premissas, exceto as obrigações regulatórias que escapam ao seu controle.

Em caso de alteração relevante nas premissas acima, as projeções podem ser revisadas.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

d) Valores dos indicadores que são objeto da previsão

Nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) de 31.12.2012 a Companhia havia divulgado as seguintes projeções para os anos de 2013, 2014 e 2015:

Descrição / Período da projeção	Previsão para os próximos 3 anos, informada durante o 4º trimestre de 2012 na DFP (em milhões de reais)		
	2013	2014	2015
Financiado com dívida	205	-	-
Financiado com capital próprio	989	203	169
Total	1.194	203	169

No presente trimestre essas projeções foram revistas e as projeções vigentes passaram a ser as seguintes:

Descrição / Período da projeção	Previsão para os próximos 3 anos, informada durante o 1º trimestre de 2013 (em milhões de reais)		
	2013	2014	2015
Financiado com dívida	153	-	-
Financiado com capital próprio	543	749	230
Total	696	749	230

Nota: As projeções acima não consideram os efeitos dos juros sobre o capital de terceiros incorridos sobre as construções.

Alteração nas projeções para 2013 feitas durante o primeiro trimestre de 2013:

Financiado com dívida:

A redução no montante previsto para 2013 decorreu, substancialmente, pela alteração na estrutura de financiamento do Complexo Eólico Trairi.

Financiado com capital próprio:

A redução no montante previsto para 2013, de R\$ 446 milhões, em relação aos R\$ 989 milhões divulgados no quarto trimestre, é derivada dos seguintes principais fatores: (i) redução de R\$ 511 milhões decorrente da postergação para 2014 do investimento na aquisição de Jirau; (ii) aumento gastos na UHE Estreito no montante de R\$ 52 milhões; (iii) aumento de R\$ 38 milhões decorrente de alteração na estrutura de financiamento do Complexo Eólico Trairi; e (iv) redução de R\$ 25 milhões devido à postergação de investimentos em novos projetos eólicos, anteriormente previstos para o ano de 2013.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Investimentos previstos para os anos de 2014 e 2015

O incremento nos montantes previstos de financiamento com o capital próprio para os anos de 2014 e 2015 refere-se, essencialmente, à postergação de 2013 para 2014 do investimento na aquisição de Jirau, conforme anteriormente comentado, e à revisão global do programa de manutenção e modernização do parque gerador da Companhia.

Investimentos realizados até o 1º trimestre de 2013:

Até o 1º trimestre de 2013 foram realizados investimentos na ordem de R\$ 123 milhões, dos quais R\$ 39 milhões foram aplicados na construção de novas usinas (UHE Estreito e Complexo Eólico Trairi) e R\$ 84 milhões foram destinados ao programa de manutenção de longo prazo de usinas existentes.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Outras informações que a Companhia Entenda ser Relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes pela Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores e Acionistas da
Tractebel Energia S.A.
Florianópolis - SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Tractebel Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, em decorrência das mudanças nas políticas contábeis adotadas pela Companhia em 2013, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e as informações intermediárias em 31 de março de 2012 apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Florianópolis, 29 de abril de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes referenciadas no Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos

Edson Luiz da Silva
Diretor de Planejamento e Controle

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Comercialização de Energia

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

Florianópolis, 29 de abril de 2013.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes referenciadas no Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos

Edson Luiz da Silva
Diretor de Planejamento e Controle

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Comercialização de Energia

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

Florianópolis, 29 de abril de 2013.